

**Ata da sessão ordinária realizada  
dia 28 de fevereiro de 2020**

Aos **vinte e oito dias do mês de fevereiro**, do ano dois mil e vinte, pelas **21 horas e quinze minutos**, reuniu-se a Assembleia Municipal de Almodôvar, em sessão **ordinária**, no salão do Centro Cultural, sito na Aldeia dos Fernandes, sob a Presidência de **Francisco Manuel Valadas Abreu**, secretariado por **Vítor Manuel Vilhena Saleiro**, como 1.º secretário e **Filipa Isabel Ribeiro de Sousa**, como 2.ª secretária, dando cumprimento ao preceituado no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

**Encontravam-se presentes na sessão os deputados:** -----

**Eleitos pelo PS:** Luís Carlos Piedade Martins, Alexandre Guerreiro Figueiredo, Cláudio José Balbina Viseu, Maria Fernanda Belchior Caetano Guerreiro, Ana Maria Rodrigues Teixeira Ramos Barão, Maria Cristina Martins Brás Germano, Marília da Conceição Guerreiro, António Manuel Horta Fontinha, o Presidente da União de Freguesias de Almodôvar e Graça de Padrões, Domingos Manuel Romba Guerreiro, o Presidente da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Dário Martins Guerreiro, o Presidente da Junta de Freguesia da Aldeia dos Fernandes, José Germano Silvestre, o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, Eduardo José Dias Gonçalves, o Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, Francisco Manuel Gonçalves da Luz e o Presidente de Junta de Freguesia de S. Barnabé, António Manuel Silva Amaro. -----

**Eleitos pelo PSD:** Jorge Francisco Marques, José Romba Guerreiro Ana Isabel Teixeira Guerreiro e Fábio Miguel Batista. -----

**Faltou à sessão** a deputada Andreia Calvário Graça Guerreiro (PSD), por uma sessão, tendo sido substituída nos termos do n.º 3 do artigo 18.º do Regimento, pelo deputado suplente Fábio Miguel Batista. -----

Nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, estiveram presentes nesta sessão para além do Presidente da Câmara António Manuel Ascensão Mestre Bota (PS), a Senhora Vice-Presidente, Lucinda Maria Marques Jorge (PS) e os Senhores Vereadores, João de Deus Lopes Pereira (PS), Ana Manuela Jesus Guerreiro Carmo (PS) e António José Messias do Rosário Sebastião (PSD). ---

**A - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o artigo 39.º do Regimento; -----

**A.1 - Intervenção dos Municípios;** -----

**A.2 - Esclarecimentos.** -----

**B - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

**B.1 - Ausências, Suspensões, Renúncias de mandatos e respetivo preenchimento de vagas:**-----

- Renúncia de mandato; -----

- Ausências. -----

**B.2 - Votação da ata n.º 13, de 27 de novembro de 2019 (quadriénio 2017/2021);** -----

**B.3 - Leitura de expediente;** -----

**B.4 - Intervenções.** -----

**C - PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

**C.1** - Apreciação e deliberação sobre o pedido de Interesse Público Municipal remetido pela Empresa AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. – Adução ao Eixo Almodôvar- Mértola Sudoeste – Eixo Central;-----

**C.2** – Apreciação e deliberação sobre a proposta do Senhor Presidente da Câmara, com vista ao reconhecimento do interesse Público Municipal e para as Populações e Economia local da intervenção efetuada no sítio arqueológico da Mesas do Castelinho;-----

**C.3** - Apreciação e deliberação sobre a Proposta do Senhor Presidente da Câmara, com vista ao reconhecimento do interesse Público Municipal e para as Populações e Economia Local da intervenção para "Recuperação e Valorização da Nora da Cerca da Presença";-----

**C.4** - Apreciação e deliberação sobre a proposta do Senhor Presidente da Câmara, com vista ao reconhecimento do Interesse Público Municipal e para as Populações e Economia Local da intervenção para "Recuperação e Valorização do Lagar de Gomes Aires";-----

**C.5** – Apreciação e deliberação sobre a resolução do Protocolo de Parceria celebrado com a Associação Musical do Algarve - Orquestra Clássica do Sul;-----

**C.6** - Conhecimento sobre o teor das Declarações, infra discriminadas, emitidas nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 15 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterado pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março:-----

- Compromissos Plurianuais a 31.12.2019;-----

- Pagamentos em atraso a 31.12.2019;-----

- Recebimentos em atraso a 31.12.2019.-----

**C.7** - Designação de membros para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, com vista à substituição de membros;

**C.8** – Conhecimento da 1.ª Alteração às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020;

**C.9** – Conhecimento da Listagem dos Compromissos Plurianuais Assumidos, no âmbito da Autorização Prévia Genérica para assunção dos mesmos, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 28 de fevereiro, na sua atual redação;-----

**C.10** - Apreciação da informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, bem como da situação financeira, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 37.º do Regimento;-----

**C.11** - Aprovação da ata em minuta.-----

Antes de dar início à Ordem do Dia o **Presidente da Assembleia** proferiu o seguinte:---

É um prazer, uma enorme satisfação, um orgulho estar aqui hoje nesta casa, nesta aldeia que tão bem conheço e onde iremos realizar a primeira sessão descentralizada da Assembleia Municipal de Almodôvar.-----

Quero pedir, desde já, desculpa se alguma coisa não correr tão bem, mas é a primeira vez que a Assembleia Municipal de Almodôvar vai realizar uma sessão descentralizada.----

Esta é, na minha opinião, a verdadeira forma, a forma genuína de aproximar os eleitos locais às populações que os elegeram.-----

Esta sessão, tal como todas as sessões da Assembleia Municipal, tem um período de intervenção dos munícipes onde todos podem expor as suas ideias, colocar as suas dúvidas, manifestar as suas opiniões, pedir esclarecimentos e ser esclarecido.-----

Dou esta informação porque é a primeira vez que vamos fazer uma sessão deste tipo, para informar os presentes que em todas as sessões das Assembleias Municipais é possível fazerem uma intervenção, emitir uma opinião, pedirem esclarecimentos sobre assuntos do interesse municipal, do interesse das comunidades, não nos desviando dos assuntos dessa natureza.-----

Posto isto, iremos dar início a mais uma sessão da Assembleia Municipal, e realço mais uma vez, a importância que nós lhe atribuímos, todos nós, por ser a primeira sessão descentralizada da Assembleia Municipal de Almodôvar.-----

Espero como sempre, e hoje muito em especial, que os trabalhos decorram da melhor forma possível, esse é o nosso dever, essa é a nossa obrigação.-----

**A - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO:** -----

Em cumprimento do determinado no n.º 1, do art.º 49.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o artigo 39.º, do Regimento, a Assembleia fixou um período para intervenção do público, **que foi utilizado.** -----

O **Presidente da Assembleia** adiantou que embora nenhum munícipe se tenha inscrito nos termos regimentais, a mesa entende ter o dever de perguntar se, entre o público presente, há alguém que pretenda utilizar o período regimental de meia hora, a fim de colocar alguma questão. -----

Prosseguindo, quis reforçar que as intervenções que aqui forem feitas pelos munícipes têm que ser exclusivamente com assuntos de interesse municipal, assuntos de interesse para a comunidade, em conformidade com o Regimento.-----

Referiu, também, que deve desde já esclarecer que no final das intervenções dos munícipes irá pedir ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os devidos esclarecimentos, mas deve lembrar que no caso de não haver os elementos necessários para prestar os esclarecimentos solicitados, a resposta será sempre enviada por escrito à pessoa que pediu o esclarecimento, também de acordo com o Regimento. -----

Pediram a palavra, os munícipes Senhor **Mário Jorge da Costa Teixeira** e Senhor **José Eduardo Pereira Brites.** -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor **Mário Jorge da Costa Teixeira** que proferiu o seguinte: -----

“Boa noite a todos os seres humanos aqui presentes. -----

Eu venho aqui numa declaração de interesses elogiar com factos concretos o trabalho desenvolvido pelo Executivo liderado por António Bota. -----

A realidade assenta neste critério, não há duas sem três, houve a era do primeiro António, de seu apelido Saleiro, a era do segundo António, de apelido Sebastião e agora a era de António Bota. -----

Para o ano há mais eleições e os resultados, os meus elogios são a tradução daquilo que ouço há meses na Praça da República e noutros cantos deste concelho, e da minha militância proactiva em defesa dos interesses deste concelho, é nesse sentido que suscita um comentário em relação a três tópicos que devem ser bem esclarecidos e para salvaguardar o trabalho profícuo do Executivo no Município de Almodôvar. -----

As vantagens que lhe advêm por causa de insinuações que surgiram da presença da embaixadora de Cuba, primeiro ponto;-----

Segundo ponto, as vantagens sinérgicas relevantes da presença de dois destacados Autarcas Cabo Verdeanos oriundos da ilha da Boavista. Algumas insinuações subjetivas expressas verbalmente, outras de forma insidiosa expressas nas redes sociais, põem em causa a idoneidade do Executivo, estas questões quem não deve não teme;-----

Por último, uma matéria muito importante e aí vou ser sintético é a clarificação objetiva, se há alguma promiscuidade entre uma realidade que a comunicação social profusamente divulgou que envolveu 3 cidadãs. Uma, tanto quanto é do domínio público, Assistente Social na Câmara Municipal de Almodôvar chamada Dina Guerreiro Cavaco, outra uma Senhora anciã, provavelmente com mais de 79 anos, também de apelido Guerreiro e de primeiro nome Maria Constança, e por último a advogada de uma prestigiada família do Alentejo, Covas Lima. Esses factos foram transpostos e há que clarificar aqui a idoneidade, a clarividência da atuação do Executivo liderado por António Bota, se houve no relacionamento funcional jurídico e pessoal dessas 3 cidadãs alguma matéria que tivesse a ver com a normalidade do funcionamento intrínseco das atividades públicas inerentes ao Município. Esta fronteira tem que ficar claramente definida para que não haja insinuações, nem má-fé, nem dúvidas no seio da população, porque no próximo ano quem decide é a população, porque vai haver um ato eleitoral novamente e aí é uma declaração de

interesses, na minha ótica, não há duas sem três e a equipa de António Bota voltará a ganhar com maioria absoluta.” -----

Prosseguindo, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor José Eduardo Brites** que proferiu o seguinte: -----

**1 - Assunto:** Poste de eletricidade no jardim ou largo na parte do lado direito do Gimnodesportivo na vila de Almodôvar -----

*Se tem conhecimento, da existência dum poste de eletricidade, que na parte junto ao chão, enfiado no mesmo poste, encontra-se o quadro de uma bicicleta a pedal, e logo por cima no poste, encontram-se os fios ligados à eletricidade à mostra, sujeitos a que qualquer criança, jogue ali as mãos para brincar, e possa ficar eletrocutado.*-----

*Pergunta agora o Município, caso negativo, para quando V. Exa ordenar a sua verificação, para o mais breve possível, proceder de conformidade?* -----

**2 - Assunto:** Construção de prédio confinante com as Ruas Serpa Pinto e Laracha em Almodôvar-----

*Dado o presente prédio, de construção antiga, ter sido totalmente demolido, e neste na frente que dá para a Rua Serpa Pinto, no final do mesmo, ou seja no canto com a Rua da Laracha, acabar sem passeio, terminando ali só com o lancil.* -----

*Se tem conhecimento, que a Rua Serpa Pinto, é uma das ruas mais movimentadas da vila de Almodôvar, o que já obrigava, e neste caso continua a obrigar, a todos os utentes que circulem a pé, junto da parede da agora nova construção, a serem obrigados a ir para cima da faixa de rodagem, ou terem de passar para o outro lado da Rua, é pena que não tivesse sido adotado o mesmo procedimento por parte da Câmara Municipal, que foi de outro caso idêntico e até na citada rua Serpa Pinto que também foi demolido, confinante com a Rua da GNR, mas este depois da demolição, teve um final feliz. --*

*Pergunta agora o município, será que não poderia ser considerado, a continuação daquele passeio, em último caso ser de utilidade pública, dado o fim a que se destina, passagem para peões, e já agora, porque será, que uns são obrigados pela Câmara, depois da demolição, a respeitar os alinhamentos, e neste caso, mesmo prejudicando diariamente toda a gente que ande a pé, porque não o foi?* -----

**3 - Assunto:** Iluminação pública na Travessa das Lages em Almodôvar -----

*No que respeita a esta iluminação, foi o assunto exposto pelo município José Eduardo Brites na sessão de 27 de Setembro do ano 2019.* -----

*Assim verifico agora, que na referida travessa, já se encontram ali colocados três postes de eletricidade, munidos dos respetivos candeeiros, ficando de certo modo contente, não só eu como possivelmente todos os moradores ali residentes, e ainda todos os municípios, que por um motivo ou por outro tenham falta de ali se deslocar.* -----

*No entanto há que agradecer ao executivo, por esta medida, mas ao mesmo tempo dar-lhe conhecimento, que a lâmpada de um dos candeeiros, possivelmente a que mais falta faz, só acendeu nos primeiros dias, e a seguir a mesma se apagou, e até hoje nem mais acendeu, esperando não vir a acontecer, o mesmo do candeeiro sito na rua do arco da vila, que depois de ser substituído, acendeu e poucos dias depois, de se apagar, e até hoje também não mais voltou a acender isto há já anos, ou seja desde que foi substituído, por candeeiro com lâmpada moderna (LED).* -----

*Pergunta agora o município se não é possível a sua reparação e caso afirmativo para quando?*-----

**4 - Assunto:** Caminho Municipal ao lado da Ribeira de Cobres em Almodôvar-----

*Dado ter sido exposta a situação deste caminho, que passa junto ao Bairro das Eiras e de São Pedro, até à Ponte Romana em Almodôvar, sobre as covas ali existentes, na sessão ordinária de 30 de novembro de 2018, foi dado conhecimento, da existência de (buracos) covas de algum porte, tendo sido dada a seguinte resposta, que passo a transcrever:*-----

*O Senhor Presidente da Câmara começou por dizer que têm conhecimento que após as chuvas alguns caminhos ficaram com alguns buracos, que serão tapados logo que possível, sendo este caminho que o Senhor José Brites referiu um deles, e também o da Arraça e outros, em conformidade com as informações que lhe vão chegando.* -----

*Depois na sessão de 29 de abril de 2019, voltou novamente o Município José Brites a colocar a questão, e a resposta é a que também passo a transcrever:*-----

*O Senhor Presidente da Câmara disse que desconhecia que a estrada não tinha sido ainda reparada e que irá tomar essas diligências.*-----

*Feitas as duas intervenções que acabei de ler, e passado mais de um ano, e com o decorrer do inverno cada vez está pior, volta a perguntar agora o município se ainda está prevista a sua reparação, caso afirmativo para quando?* -----

**5- Assunto:** Ocupação de vias públicas, largos e outros na vila de Almodôvar-----

*Dado existirem diversas empresas que tomam empreitadas na vila de Almodôvar, dando como exemplo a do Bairro da Misericórdia em Almodôvar, que leva todo o entulho e materiais sobrantes para o Largo do Poço do Bento Afonso em Almodôvar, chegando este a atingir mais de um metro de altura e mais de 20 metros de comprimento por cerca de 10 metros largura o mesmo está a acontecer possivelmente por outra empresa dentro da cerca do Mártir Santo também pertença do Município. -----*

*Pergunta o município, se estas empresas, estão ou não obrigadas ao pagamento, da referida ocupação, caso negativo, assim qualquer município, que tenha necessidade de ocupar, qualquer via pública no concelho de Almodôvar, nem que seja só de um metro e por um dia tem de tirar e pagar a respetiva licença na Câmara. Porquê? -----*

**6 - Assunto:** Existência de buracos, covas na vila de Almodôvar -----

*Se tem conhecimento da existência de covas no alcatrão algumas de grandes dimensões, tanto no início da Rua das Eiras até à rotunda são só 4, mais uma em frente à rotunda do Pingo Doce à saída para G. Aires, outra na rotunda do Lar de S. Barnabé e ainda junto ao passeio uma na rua S. Sebastião a seguir ao cruzamento da Rua de Santa Clara. -----*

*Pergunta agora o município se não é possível a sua reparação e caso afirmativo para quando? -----*

**7 - Assunto:** Ecopontos colocados na travessa do poço Chafariz na vila de Almodôvar -----

*Dado ter tomado conhecimento da fixação de Ecopontos destinados a recolha de material para reciclagem. -----*

*E naquela zona eu próprio ter verificado que de facto os ali residentes, e não só, a maior parte senão todos têm aderido a recolha, o que anteriormente ia tudo para os baldes do lixo. -----*

*Assim dou parabéns ao executivo por mais esta excelente medida. -----*

*Por último solicito que esta intervenção seja transcrita em ata, e a resposta dada me seja enviada por escrito.”-----*

**O Presidente da Assembleia** agradeceu e pediu ao Senhor Presidente da Câmara que prestasse os esclarecimentos devidos aos municípios que o interpelaram. -----

**O Presidente da Câmara** começou por dar um grande elogio à Assembleia Municipal por esta façanha de trazerem para a Aldeia dos Fernandes uma Assembleia e espera que possamos em conjunto levá-la a todas as partes do concelho, onde a mesma for possível realizar, porque sabemos que há lugares onde não é possível, pelas condições, pela distância, mas da parte da Câmara Municipal terão o apoio para deslocar meios e pessoal afeto de maneira que seja possível esta liberdade, este à vontade para com as pessoas. -----

Prosseguindo, referiu que responder a algumas questões é impossível porque algumas são mesmo do foro interno e estão em averiguação e não lhe é possível declarar aquilo que ainda não sabem com certeza, refere-se às questões que o Senhor Mário Teixeira colocou.

Quer em primeiro lugar agradecer-lhe os elogios que teceu, ao executivo, invocando o seu nome mas que assume como parte do grupo. -----

Quer esclarecer que em relação à embaixadora de Cuba que esteve no nosso concelho há pouco tempo, não sabe que tipo de comentários é que houve, da sua parte gostaria de ter todos os embaixadores deste mundo em Almodôvar, uma vez por mês, isso significava que Almodôvar era falado nas elites governamentais de todo o mundo, isso só era bom para nós, em nada nos prejudica, portanto, se alguém falou mal ou se alguém fez comentários menos próprios não percebe a razão, mas se calhar pensa que essas pessoas deveriam ler livros, arranjar outros motivos de conversa em vez de estarem a fazer críticas desapropriadas, desadequadas e naturalmente não conexas com um executivo que tenta levar Almodôvar cada vez mais longe. -----

A mesma questão se coloca aos autarcas da Boavista, de Cabo Verde. Não vamos fazer nenhum tipo de protocolo com Cabo Verde, hoje em dia já não é comum as geminações como existiam há uns anos, o que se faz são protocolos específicos, pontuais, para determinado tipo de situações, quando existe interesse comercial ou institucional entre as Câmaras Municipais. -----

Dentro do país geralmente não fazemos, com um país estrangeiro tentamos sempre e é nossa função levar mais longe o nosso nome por boas razões, levar mais longe os nossos produtos, trazer cá as pessoas para que elas nos conheçam, conheçam a nossa realidade e possam de alguma maneira um dia comprar produtos aos nossos produtores, não à Câmara

Municipal porque nós não os vendemos, mas a quem vende, a quem faz, a quem tanto sacrifício faz e que muitas vezes resulta do trabalho da Câmara Municipal, de diferentes executivos ao longo dos anos para promover estes produtos. E mal seria de nós, se depois fechássemos as portas à internacionalização, à possibilidade dos nossos produtos, dos nossos produtores saírem para além fronteira, portanto, adequa-se ou adapta-se o comentário que fiz há bocadinho, se alguém realmente comenta negativamente é porque não tem visão, não tem espírito inovador nem abrangedor de políticas internas e externas dos tempos mais modernas. -----

Agradece os comentários do munícipe, infelizmente não lhe pode falar muito sobre o caso que lhe especificou da nossa colaboradora Dina, da Senhora Dona Maria Constança e da referida advogada. Esse caso aconteceu, que tenha conhecimento não houve queixa contra a nossa colaboradora, e a sua função enquanto Presidente de Câmara é só de efeito disciplinar sob os colaboradores, não tem qualquer outra responsabilidade. Havendo de facto uma desconfiança por situações, por conversas, queixas da senhora, mas se não foram formalizadas nos órgãos próprios, e quando fala órgãos próprios são, GNR, Tribunal, enfim forças que têm a capacidade e precisamente essa responsabilidade de averiguar, não somos nós. O caso está em averiguação interna, sem essa queixa, sem essa situação, sem um desenvolvimento da parte de um suposto queixoso para nós, se existiu, foi um assunto deles que está resolvido, a questão que se passa internamente na Câmara está ainda por decidir e quando for decidido será naturalmente tornada pública. -----

A minha posição, em relação à colaboradora, sendo que havia uma desconfiança na altura, foi de lhe retirar as funções imediatas do atendimento ao público, mantendo naturalmente o vínculo total da pessoa em causa. Fez o que achava que estava bem feito, com o fundamento jurídico do qual se socorreu para o fazer, portanto, está de consciência tranquila, fez aquilo que era o seu dever, outro, teria feito eventualmente outra coisa, cada um sabe de si, fez aquilo que a Lei lhe permite fazer para não criar nem problemas aos nossos munícipes que vão à Ação Social nem ao Executivo da Câmara, nem aos dirigentes que tanto fazem para que tudo corra bem e naturalmente também aos colaboradores. Os colaboradores serão culpados quando o Tribunal assim o julgar, não é ele Presidente de Câmara que julga alguém culpado ou não. Pensa que tenha respondido a tudo, mais não lhe pode dizer, porque de facto existem alguns dados que naturalmente estão em averiguação, não sabe se são verdade ou mentira, não vai pronunciar-se sobre os mesmos. -----

O Senhor Cidadão José Brites colocou e muito bem uma questão referente ao Gimnodesportivo e já está resolvida. Sabe que as situações com eletrificação no nosso concelho, em todo o concelho, e se calhar em todo o país, quando se trata de assuntos com a EDP e com iluminação pública, com a substituição de lâmpadas, é sempre muito complicado. Nós fazemos pedidos à EDP, esperamos meses, pressionamos todos os dias, todas as semanas, damos o nosso melhor contributo mas, mesmo assim, ou porque a EDP não tem técnicos ou porque não querem pagar ou por outra qualquer razão, fazem rondas de três em três meses e por vezes uma lâmpada que fundiu ontem é substituída hoje mas uma que foi fundida há 2 meses e meio também só é hoje substituída, três meses depois que é quando a equipa da EDP passa no local. Essa por acaso foi substituída ontem. Ontem e hoje a EDP tem estado em Almodôvar, hoje todas as lâmpadas de Almodôvar estavam ligadas, não sei se alguém reparou, precisamente porque a EDP andava a fazer ronda e substituir as lâmpadas queimadas. Portanto à partida, pensa, que amanhã não teremos lâmpadas queimadas. Essa já está desde ontem. -----

O segundo ponto que lhe coloca relativo à Rua Serpa Pinto, o nosso Regulamento Municipal não nos permite obrigar ninguém a recuar seja o que for. Se existe essa ilusão não é verdade, não nos obriga, aconselha e nós aconselhamos os munícipes a que o façam. A situação da casa que menciona, foi reconstruída precisamente no mesmo sítio, se está hoje a ocupar mais via pública existe uma licença, segundo consta, para que os pedreiros possam trabalhar, mas é uma situação pontual, ou seja, a casa vai ficar precisamente no

mesmo sítio onde estava antes. De facto, teria sido mais benéfico e muito melhor para a Rua Serpa Pinto, para os caminhantes pedonais, que tivéssemos afastado a casa. Tentamos, houve uma tentativa mas não foi possível chegar a acordo com o dono da casa e nós não temos argumentos jurídico para o proibir de construir se não recuar a casa, penso que tenha ficado esclarecido neste sentido. Segundo me disseram em informação da parte dos nossos arquitetos que fazem o licenciamento, se há aqui alguma falha certamente a minha interpretação é baseada nestes dados que tenho. -----

Relativamente ao terceiro ponto confessa que não percebeu o que o Senhor José Brites disse, não conseguiu entender, fala-lhe da Travessa dos Cadeados, pensa que das lâmpadas foram colocadas, queimou-se uma delas, já substituíram, está tudo ok. Pensa que seja essa a questão, se existe alguma questão a responder fá-lo-á por escrito após ler a sua informação, pede imensa desculpa mas não consegui perceber. -----

O ponto número quatro sobre o caminho tem toda a razão, existem demasiadas covas naquele caminho paralelo à ribeira, que vem desde o poço lá em cima até cá abaixo à zona onde se faz as festas de São Pedro. O caminho está em muito mau estado, há muitos camiões a passarem aí todos os dias porque vêm despejar o material que usam ou voltam a reusar, algum deles, do Bairro da Misericórdia. Estar a arranjar agora aquele caminho não vale a pena porque a seguir está logo estragado, vamos tentar eventualmente recolocar algum touvenant nalgum dos buracos para remediar, mas o caminho enquanto não parar aquela obra nem vale a pena pensarmos fazer nada, porque passados dois ou três dias está precisamente igual. -----

O caminho que falou que vai para a Rabaça, passou lá hoje e, de facto, há muita pedra solta e tem que ser reparado com alguma urgência porque o caminho tem muito movimento para o Monte e para a própria ETA que está na Rabaça e Barragem etc. e a própria Herdade dos Toucinhos tem muito movimento e o caminho está desfalcado em termos da terra, tem muita pedra solta, temos que o reparar. -----

A seguir falou-lhe em licenças, também não percebeu bem o que é que o Senhor José Brites nos quis dizer, pensa que se focou no aspeto de os empreiteiros usarem o espaço público municipal para estaleiro. Isso é uma competência do Presidente da Câmara, é autorizado por nós enquanto donos da obra e de facto o que tentamos fazer é emprestamos a zona para depois, em troca, alguma coisa poder ser reparado, ou reparação da zona circundante ou umas valetas ou uns passeios, geralmente encontramos forma, não cobrando valores porque isso raramente se faz, mas encontra-se uma forma compensatória, depois de limparem a zona de fazerem qualquer coisa relativamente àquele local. -----

No caso daquele largo junto a S. Pedro está prevista a cimentação da zona envolvente ao poço, depois de limparem tudo aquilo. No caso do Mártir e Santo penso que é suposto um pequeno arranjo no passeio da rua que desce em relação ao Centro Coordenador, se não está em erro, isso está negociado. -----

Relativamente aos buracos, andamos a tapar buracos todos os dias, há buracos que abrem, há ruturas que abrem, há chuva, há um pequeno buraco que passado uma semana está grande, algumas ruas têm o pavimento degradado e qualquer coisinha começa a abrir buraco, mas todos os dias tapamos buracos, não na Câmara mas nas Ruas, porque na Câmara não há buracos para tapar. Se realmente deteta esses buracos, de facto mais uma semana menos uma semana tapamos, depois aparecem outros, depois tapamos, depois aparecem outros, porque a equipa são três pessoas e têm um concelho de 777 Km2 para assegurar em termos de pequenos buracos e pequenas reparações e nem sempre é possível estar em todos os sítios ao mesmo tempo. -----

Relativamente aos contentores e ecopontos muito obrigada. Nós optamos em Almodôvar por seguir uma política, que já vinha sendo seguida pelo anterior executivo também, que era de colocar contentores subterrâneos em vez de fazermos a ideia da recolha porta-a-porta, ou seja, retirar dos passeios os contentores exteriores para que os

passeios ficassem mais desocupados. Achamos que era uma boa política, optamos por ela, ainda colocamos mais empenho nessa política, é uma decisão nossa pela qual respondemos, o que é um facto é que dentro de Almodôvar cada vez mais se vê menos contentores nos passeios, menos caixotes verdes a taparem o passeio, menos sujidades, menos poluição visual, porque de facto os caixotes sujam, cheiram mal etc. mas sim contentores subterrâneos. Depois há a ideia de fazer cada vez mais reciclagem, cada vez mais ecopontos, vamos à medida que o tempo passa investindo cada vez mais precisamente nessa ideia de que o cidadão é responsável pelo seu próprio lixo em termos de o colocar no local adequado, devidamente dividido em termos de reciclagem, essa é a nossa oposta, é assim que vamos seguir enquanto os resultados forem sendo positivos, essa é a nossa estrutura decisiva em relação aos lixos e aos resíduos dentro da vila. E no concelho será um dia mais tarde, agora ainda não temos capacidade de colocar ecopontos em todas as aldeias, mas lá chegaremos um dia.-----

**B - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

**B.1 - AUSÊNCIAS, SUSPENSÕES, RENÚNCIAS DE MANDATOS E RESPETIVO PREENCHIMENTO DE VAGAS:** -----

**RENÚNCIA DE MANDATO:**-----

O **Presidente da Assembleia** comunicou que pediu renúncia de mandato o deputado efetivo da Assembleia, **Amândio José Rodrigues Pereira** (PSD), nos termos do artigo 15 do Regimento desta Assembleia e quem aceitou substituir o senhor deputado, durante o resto do mandato, foi a deputada posicionada em oitavo lugar na lista do Partido Social Democrata **Ana Isabel Teixeira Guerreiro**. -----

Verificada a identidade e legitimidade da cidadã e depois da mesma ter expressamente aceite o cargo, a Assembleia reconheceu a ausência de impedimento para o exercício das respetivas funções de Membro da Assembleia Municipal de Almodôvar, pelo que tomou o seu lugar na Assembleia.-----

A ata respeitante à tomada de posse do membro supra referido dá-se aqui como totalmente reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas.-----

**A Assembleia tomou conhecimento e nada objetou.** -----

**AUSÊNCIA DE MANDATO E PREENCHIMENTO DA RESPETIVA VAGA:** -----

O **Presidente da Assembleia** fez saber que se registou uma ausência nesta sessão.-----

Prosseguindo, informou que na sequência da ausência da deputada Andreia Calvário Graça Guerreiro (PSD), quem a aceitou substituir, durante esta sessão, foi o deputado suplente Fábio Miguel Batista.-----

Mais informou que a substituição da senhora deputada se fez ao abrigo do n.º 3 do artigo 18.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

**A Assembleia tomou conhecimento e em nada objetou.** -----

**B.2 - VOTAÇÃO DA ATA N.º 13, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019 (QUADRIÉNIO 2017/2021):**-----

O **Presidenta da Assembleia** colocou à apreciação a Ata n.º 13 da sessão ordinária de 27 de novembro de 2019 (quadriénio de 2017-2021).-----

Para os fins previstos na alínea a) do artigo 40.º do Regimento e do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, foram remetidas, em anexo à ordem do dia, fotocópia da ata da referida sessão, a qual foi previamente lida pelos membros e submetidas à apreciação e votação. -----



Não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a **Ata n.º 13 da sessão ordinária de 27 de novembro de 2019 (2017/2021)**, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por **unanimidade dos presentes, com 18 votos a favor (PS/PSD), aprovar a referida ata**, a qual foi homologada em minuta, com exceção das intervenções dos senhores deputados, sendo assinada pelo Senhor Presidente e por quem a lavrou.-----

Nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, os deputados Cláudio José Balbina Viseu (PS), Dário Martins Guerreiro (PS) e Jorge Francisco Marques (PSD), não participaram na aprovação da ata.-----

### **B.3 - LEITURA DE EXPEDIENTE:** -----

O **Presidente da Assembleia** informou sobre a correspondência recebida e expedida pela Assembleia Municipal, desde a última sessão até à presente data, cuja relação foi enviada a todos os membros e está disponível para consulta nos serviços de apoio, caso assim o desejem. -----

Prosseguindo, leu a listagem da correspondência enviada aos Senhores Deputados, destacando 2 e-mails enviados pelo Senhor Manuel Sebastião Peres, cujo assunto são os dejetos caninos na via pública. Explicou que já teve ocasião de informar o Município que a questão tem mais a ver com civismo e, deve recordar, que pelo menos em Almodôvar há estruturas com sacos de plástico um pouco espalhadas por toda a vila para isso, mas, mesmo assim, muitas pessoas, infelizmente, continuam a não dar muita importância a esta situação.-----

### **B.4 - INTERVENÇÕES.** -----

Prosseguindo com os trabalhos, o **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, tendo-se inscrito os deputados José Germano, Luís Martins, Fernanda Guerreiro, Cristina Germano, Ana Isabel Guerreiro, Jorge Marques, Fábio Batista e José Guerreiro.-----

De acordo com a ordem das inscrições, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao anfitrião, **deputado José Germano** Presidente da Junta de Freguesia da Aldeia dos Fernandes que proferiu o seguinte: -----

*“Em primeiro lugar quero agradecer a todos a vossa presença e dar-vos as boas vindas à Aldeia dos Fernandes, mais propriamente, aqui ao Centro Cultural. -----*

*Para nós, Executivo da Junta Freguesia, é um enorme orgulho realizar, na nossa terra, uma reunião de um órgão tão importante, como é a Assembleia Municipal. -----*

*Não me quero alongar, neste início de reunião e até porque a ordem de trabalhos é longa, mas também não posso deixar de tecer aqui duas ou três considerações que considero muito importantes. ---*

*Em primeiro lugar registar o bom relacionamento que sempre tem existido entre a Junta de Freguesia e do Executivo da Câmara Municipal, onde ambos têm remado na mesma direção. -----*

*Realçar também o grande apoio e colaboração que o Executivo Camarário nos tem dado na concretização dos nossos projetos, pois sem esses apoios não seria possível concretizá-los. -----*

*Também ao nível da Assembleia Municipal sempre tem existido ótimas relações quer com o Senhor Presidente, quer com todos os Membros.-----*

*Por último, desejo a todos uma boa reunião e mais uma vez muito obrigado em meu nome pessoal e em nome do Executivo da Junta de Freguesia da Aldeia dos Fernandes.”-----*

De imediato, o **deputado Luís Martins** iniciou a sua intervenção com os cumprimentos habituais, dando especial ênfase ao público presente, referindo que, por acaso são os seus concidadãos e, por isso, hoje ainda é um motivo de maior orgulho poder intervir nesta Assembleia.-----

Gostaria em primeiro lugar de enaltecer a realização desta Assembleia Municipal descentralizada. Hoje, por acaso, achava que seria a primeira vez que a Assembleia

Municipal se reunia de forma descentralizada, mas o facebook tem destas coisas e alguém o alertou que provavelmente em tempos idos, muito longos, este tipo de iniciativa já se terá realizado. Não sabe se é verdade, só sabe que nos últimos largos anos, aqueles que tem conhecimento, nunca aconteceu, razão pela qual começa por congratular o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e a respetiva Mesa por terem dado aqui seguimento a uma recomendação que esta Assembleia aprovou por unanimidade, uma recomendação dos dois Grupos Parlamentares aqui representados e que no dia 28 de junho de 2018 aprovaram. Dizer que, mais do que quem terá proposto, mais do que discutir aqui de quem é o mérito da decisão ou da realização destas reuniões descentralizadas, dizer que, efetivamente, quem fica a ganhar é a população de Almodôvar, é o concelho de Almodôvar, é a nossa participação democrática como um todo. -----

Quer aproveitar esta intervenção para colocar 4 questões ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

A primeira prende-se com o há muito desejado, há muito ansiado projeto do Loteamento Municipal aqui nesta freguesia. Tem vindo a ser recorrentemente prometido pelos vários executivos municipais, o facto é que haverá pelo menos 12 anos que não existe qualquer tipo de investimento a nível de Loteamentos Municipais nesta freguesia e hoje é um projeto muito ansiado pela população jovem, daí questionar qual é o ponto da situação, da intenção que o executivo tem vindo a apresentar? Se há desenvolvimento? Se há perspectivas de quando é que esse projeto pode ser implementado e se ainda podemos ter perspectiva de ser já neste mandato? Acrescenta que sabe que existe também intenção de outros Loteamentos Municipais no concelho de Almodôvar, seja na vila seja noutras freguesias, e pergunta qual é mesmo o ponto de situação de todas essas intenções? -----

Questionar também o Senhor Presidente da Câmara Municipal, no seguimento das notícias que vieram a público acerca da possível passagem da gestão do posto de correios de Almodôvar novamente para a esfera da empresa CTT - Correios de Portugal, S.A. Uma decisão que nós aqui nesta Assembleia, há precisamente dois anos, também no dia 28 de fevereiro mas do ano 2018, marcamos posição. Revelamo-nos contra o processo de privatização daquele serviço e agora tivemos boas notícias com a passagem outra vez da estação de correios de Aljustrel para a esfera da empresa, surgiram notícias de um dirigente sindical dos CTT de que em Almodôvar e Ourique também ia haver essa passagem. Gostaria de saber se o Senhor Presidente da Câmara tem alguma informação adicional, se recebeu algum contacto por parte da empresa e se tem alguma perspectiva de quando é que a estação de correios de Almodôvar poderá voltar a passar para gestão da esfera da empresa CTT - Correios de Portugal, S.A. -----

Questionar também o Senhor Presidente da Câmara acerca de uma outra notícia que veio a público, pensa não estar errado, foi no seguimento de uma entrevista que o Senhor Presidente deu a um órgão de comunicação regional, que tem a ver com a intenção da Câmara Municipal de Almodôvar promover uma petição a defender a construção da Barragem de Oeiras. -----

Perguntar em que ponto de situação está este processo? Como é que se irá desenvolver nos próximos tempos e se estão previstas para além da realização desta petição mais alguns procedimentos ou mais algumas ações complementares com vista a sensibilizar os órgãos governativos para a necessidade, para a nossa proposta de construção da Barragem na Ribeira de Oeiras? -----

Para terminar, questiona o Senhor Presidente da Câmara se tem conhecimento do estado de degradação em que se encontra o piso dos Campos de Ténis do Complexo Desportivo de Almodôvar e saber se está previsto algum tipo de intervenção naqueles equipamentos pois tem sido notória uma maior afluência de utilizadores daqueles espaços.

Tomou a palavra a **deputada Fernanda Caetano**, que referiu o seguinte: -----  
*"Acontece, hoje na Aldeia dos Fernandes e pela primeira vez neste mandato, uma sessão da Assembleia Municipal descentralizada.* -----

*Trata-se de um momento importante que tem como objetivo mostrar aos munícipes que, independentemente da localização das suas residências, estes são verdadeiramente valorizados e lembrados pelos órgãos autárquicos dando-lhes a oportunidade de participarem mais diretamente na vida pública da sua localidade e do seu concelho. -----*

*Aproveitando a ocasião de estarmos aqui, gostaria de tornar mais visível, de evidenciar o trabalho que tem sido desenvolvido nesta freguesia em prol da sua população. -----*

*Temos que referir e valorizar o investimento que tem sido levado a efeito em todas as freguesias do nosso concelho em geral, mas em particular, e hoje porque estamos na Aldeia dos Fernandes, temos que enaltecer o excelente trabalho aqui desenvolvido por esta equipa do executivo da Junta de Freguesia que tem sabido dar a melhor resposta às necessidades desta população, onde basta entrarmos nesta localidade para ver que a obra feita é um facto e que aquilo que leva ao caminho do desenvolvimento passou por aqui. -----*

*Mesmo que, algumas vezes o executivo da Junta de Freguesia, pudesse ter sido apelidado de “chatos” ou “inconvenientes” pela sua insistência junto da Câmara Municipal, certo é que as obras e os projetos a que se propuseram na campanha eleitoral e que foram sufragados pelos eleitores, elas estão aí à vista de todos aqueles que tinham dúvidas na sua realização bem como dos que certamente sempre acreditaram que as mesmas seriam concluídas com sucesso. -----*

*Sabendo nós, das frágeis disponibilidades financeiras desta freguesia, temos de igualmente enaltecer e elogiar os esforço financeiro da Câmara municipal para apoiar todos os projetos desenvolvidos e que somam um grande investimento aqui realizado, cabendo-nos reconhecer o quanto o Executivo Municipal esteve à altura para as melhores respostas às necessidades sentidas pela população da freguesia da Aldeia dos Fernandes. -----*

*Esta aldeia tem demonstrado ser uma comunidade cada vez mais ativa ao nível das associações, as quais têm desenvolvido projetos e atividades, dando resposta às distintas áreas e envolvendo toda a comunidade, desde os mais jovens até aos seniores. -----*

*Não podíamos também deixar de referir os eventos que nos últimos anos foram criados nesta aldeia, nomeadamente a “Feira do Pão”, que lhe deram prestígio, fazendo sobressair o que de melhor aqui se faz, dinamizando o comércio local e contribuindo também para levar o nome do nosso concelho cada vez mais longe. -----*

*Também nesta área convém referir o apoio disponibilizado pela Câmara Municipal, sem o qual não teria sido possível atingir o nível de sucesso verificado. -----*

*Por último, resta-nos dizer que continuem com a mesma força que têm evidenciado até aqui, porque é este o bom caminho e do qual todos nós nos devemos orgulhar.” -----*

Continuando, o Presidente da Assembleia deu a palavra à **deputada Cristina Germano**, que começou por dizer que Aldeia dos Fernandes foi privilegiada na escolha da primeira sessão da Assembleia descentralizada. -----

Prosseguindo, referiu que como deputada eleita pelo Partido Socialista e residente nesta freguesia, achou por bem deixar aqui algumas palavras de elogio ao nosso Executivo Camarário, pelo excelente trabalho desenvolvido em prol do nosso concelho, assim como da sua freguesia. -----

Não são só as grandes obras que devem ter prioridade e o nosso Executivo da Câmara tem sabido valorizar e preservar a nossa cultura, os nossos hábitos e costumes, por isso é de louvar todos os envolvidos que fizeram para que a nossa cultura ficasse mais rica, tendo editado vários livros de poetas populares do nosso concelho. -----

Também Almodôvar em 2019 voltou a ser distinguida pela quarta vez a Autarquia Familiarmente Mais Responsável, claro, isto deve-se ao excelente trabalho que o nosso Presidente e Vereadores desenvolvem em prol das famílias mais carenciadas do nosso concelho. -----

No mesmo ano a nossa autarquia foi distinguida com a marca de entidade empregadora inclusiva, o que muito nos honra, foi a única no Baixo Alentejo. -----

É também para nós Almodovarenses motivo de orgulho, o Executivo há vários anos fechar as contas sem dívidas, o que significa que os nossos representantes na Câmara estão a fazer um excelente trabalho e gerir bem o dinheiro público. -----

É de louvar finalmente que o único lagar do nosso concelho, que por sinal fica em Gomes Aires, ser considerado de interesse público e espera que todos nós ainda o possamos visitar e usufruir da sua riqueza, das suas peças que são únicas nesta área. -----

Obrigado a todo o Executivo pela excelente colaboração e apoio que tem mantido com a junta de Freguesia da Aldeia dos Fernandes. -----

Usando da palavra a **deputada Ana Isabel Guerreiro** referiu o seguinte: -----

*“Em primeiro lugar gostaria de dar os nossos cumprimentos para todas as pessoas que estão a assistir á nossa sessão da Assembleia Municipal, em especial para todas e todos da Aldeia dos Fernandes e através deles para toda a população da vossa Freguesia. -----*

*É com imenso prazer que estamos aqui, nesta sessão da Assembleia Municipal, a discutir e a decidir assuntos de interesse para o nosso concelho e naturalmente para a nossa comunidade. -----*

*A descentralização destas sessões da Assembleia Municipal, é muito importante para levar, a quem tem menos condições de obter informação, algum conhecimento do que se faz no Município e também da posição que as forças políticas representadas neste órgão assumem perante a sua responsabilidade de eleitos e dos compromissos que estabeleceram na sua candidatura. -----*

*É pena que estas reuniões só tenham lugar já na segunda metade deste mandato, e nesta situação temos de criticar o Senhor Presidente da Assembleia e a respetiva mesa, que é o mesmo que criticar o Partido Socialista, porque detém ampla maioria neste órgão e podia ter decidido descentralizar muito mais cedo estas sessões. E como é do conhecimento de todos, nós a bancada do Partido Social Democrata, fizemos várias insistências para que tal acontecesse, há mais de um ano e meio, que estamos a insistir sobre este assunto, nomeadamente na Assembleia de Junho de 2018, em que foram aprovadas as medidas de descentralização das sessões da Assembleia Municipal. -----*

*Um bocadinho moroso mas cá estamos e muito obrigada pela vossa presença. -----*

*Não posso deixar, como eleito do PSD, nesta sessão da Assembleia Municipal de invocar o período temporal em que, tanto na Câmara Municipal, como na Junta de Freguesia, tivemos a honra e o orgulho de servir os nossos conterrâneos com a responsabilidade máxima, pois tínhamos a maioria nas duas autarquias. -----*

*Quero lembrar que nesta Aldeia, a segunda povoação com maior número de habitantes do concelho, logo a seguir á vila de Almodôvar, existiam inúmeros problemas que se arrastavam há muito tempo sem solução à vista e que mereceram da nossa parte um compromisso muito claro de um grande empenho em trabalhar para a sua resolução. -----*

*Desde logo a questão das águas residuais (esgotos) que eram despejados na ribeira a céu aberto, sem qualquer tratamento com todas as consequências negativas que daí resultavam para a população e ambiente. -----*

*Essa era sem dúvida a principal prioridade que devia ser observada em termos de investimento nesta freguesia, e foi. Não foi fácil de resolver esta situação, porque não era conveniente construir uma Estação de Tratamento (ETAR) muito perto da povoação e nos locais mais adequados não existia terreno, propriedade da Câmara. Foi graças à colaboração muito estreita entre a Câmara e a Junta de Freguesia que se encontrou uma boa solução para esta grave necessidade desta Freguesia e que passou pela aquisição de um terreno em local adequado para construir esta infraestrutura a ETAR. É também justo evocar a disponibilidade do proprietário do terreno, o Sr. Feliciano, que independentemente da transação meramente comercial, houve da parte dele, a sensibilidade de disponibilizar essa parcela de terrenos para aqueles fins, o que podia não ter acontecido. -----*

*Para além deste investimento não podemos deixar de referir a requalificação da Escola Primária, enquadrada num plano para manter a funcionar cinco escolas do ensino básico no nosso concelho e que desde a primeira hora a escola da Aldeia dos Fernandes integrava esse número como não podia deixar de ser. -----*

*A construção do Poli- Desportivo e a repavimentação das ruas da aldeia marcaram também avultados investimentos financeiros que foram efetuados nessa altura e que contribuíram para melhorar significativamente a qualidade de vida dos Fernandenses. -----*

*As realizações de dois loteamentos municipais na zona poente da aldeia deram alguma resposta á procura de terrenos para construção de habitação própria que era uma necessidade muito sentida nesta freguesia. Recordamos que sempre que eram colocados á venda lotes para construção aqui na aldeia, eles eram imediatamente adquiridos e a sua construção acontecia muito rapidamente. Mais depressa do que em qualquer outro local do concelho de Almodôvar. Os loteamentos são muito importantes. -----*

*Estes foram alguns dos investimentos mais significativos, mas houve muitos outros em toda a freguesia, numa permanente preocupação com as condições de todos, alicerçada numa sólida colaboração da Câmara com a Junta de Freguesia, o que permitia ter uma informação muito atualizada e assim a possibilidade da resolução de problemas em tempo real e oportuno.*-----

*Muito se tem falado nestes últimos tempos dos protocolos com as Juntas Freguesia e eu quero lembrar que nos doze anos em que o Partido Social Democrata liderou a Câmara de Almodôvar, por decisão nossa, sem qualquer imposição legal como acontece agora, sempre se estabeleceram protocolos entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, porque achávamos que essa era a melhor política, com dois aspetos que para nós se revestiam de grande importância: o primeiro tinha a ver com a vontade de criar condições de alguma dignidade às Juntas de Freguesia e em especial ao Presidente de Junta no exercício das suas funções. Alguém que era eleito diretamente pelas pessoas, tinha de ter algumas condições para responder a algumas necessidades dessas pessoas e sem protocolos as Juntas não tinham essas condições financeiras e de recursos. O segundo aspeto muito importante era que as Juntas resolviam com menos custos e com muito mais facilidade pequenos problemas das suas Freguesias.*-----

*Sempre houve esta nossa preocupação e sempre, enquanto lideramos a Câmara, procuramos estar muito próximos das Juntas de Freguesia e assim aconteceu aqui na Freguesia da Aldeia dos Fernandes.* --

*E foi, ainda por essa proximidade, que em 2013, quando saímos da liderança da Câmara Municipal deixamos tudo preparado para pavimentar o caminho da aldeia até ao monte da Abóboda, conforme sugestão e insistência da Junta de Freguesia, obra que foi concretizada já pelo Executivo seguinte. E o mesmo aconteceu com a repavimentação da estrada municipal 1167 da Aldeia até á A do Neves.*-----

*Hoje, na oposição, continuamos a defender os mesmos princípios e valores de permanente cooperação entre as autarquias, de respeito e atenção para com todos, na resolução atempada dos seus problemas, de políticas, que em cada momento, deem resposta aos problemas atuais e assegurem a continuidade das terras, motivando e estimulando a participação de todos.*-----

*As prioridades, em 2020, são naturalmente diferentes das que existiam há uns anos atrás, mas há princípios e valores que nunca mudam e que não devem ser esquecidos:*-----

*A informação estimula a participação e com a participação conseguem-se encontrar as melhores soluções para o crescimento e o desenvolvimento das terras e das populações.”*-----

Usando da palavra o **deputado Jorge Marques** referiu o seguinte:-----

A minha intervenção prende-se a propósito dos pedidos de informação solicitados na última Assembleia Municipal realizada no passado mês de novembro.-----

Em primeiro lugar argumentar que apenas tenha sido dada uma resposta durante o corrente mês e só depois de termos insistido junto do Senhor Presidente da Assembleia Municipal para que isso acontecesse.-----

Quero lembrar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que compete à Mesa pelo artigo 29.º, n.º 1 da Lei n.º 75/2013 das alíneas e) e k) encaminhar as iniciativas dos membros da Assembleia, requerer à Câmara Municipal a informação solicitada e informar os membros dos resultados dessas diligências.-----

Depois, relembrar também o Senhor Presidente da Assembleia e o Senhor Presidente da Câmara que o artigo 17.º do Código do Procedimento Administrativo sobre o princípio da administração aberta diz o seguinte: “*Todas as pessoas têm o direito de acesso aos arquivos e registos administrativos, mesmo quando nenhum procedimento que lhes diga diretamente respeito esteja em curso, sem prejuízo do disposto na lei em matérias relativas à segurança interna e externa, à investigação criminal, ao sigilo fiscal e à privacidade das pessoas.*”-----

E o prazo para esta resposta no artigo 86.º é de 10 dias salvo se existir um prazo estipulado diferente.-----

Por último quero referir relativamente a esta matéria que a Lei de acesso a documentos administrativos no seu artigo 5.º, n.º 1 que, todos têm direito ao acesso dos documentos nomeadamente de consulta, de reprodução e de informação.-----

Por esse motivo não se compreende a recusa do Senhor Presidente da Câmara em não nos ceder cópia dos documentos que solicitamos. Chamamos a atenção do Senhor Presidente da Assembleia para que junto do Senhor Presidente da Câmara pugne para que cumpra a Lei.-----

Nós, esperamos mais uns dias e, se isso não acontecer, encetaremos as diligências que consideramos adequadas para que os nossos direitos sejam respeitados.”-----

Prosseguindo, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado Fábio Batista**, que começou por dizer que a sua intervenção é dirigida ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Aldeia dos Fernandes e ao Senhor Presidente da Câmara e resulta do conhecimento que têm de algumas situações aqui na freguesia e outras situações que nos foram transmitidas pelos nossos eleitos, deputados do Partido Social Democrata na Assembleia de Freguesia que, na nossa opinião, mereciam uma particular atenção de V. Exas passo a expor: -----

Em primeiro lugar e tal como já foi abordado pela minha colega de bancada Ana Teixeira a necessidade de colocar lotes para novas construções aqui na Aldeia é uma situação que a acontecer já vem com bastante atraso e por isso a nossa chamada de atenção para que este processo tenha a celeridade devida o Senhor Presidente da Junta deve interessar-se para que tal não fique no esquecimento como aconteceu nos últimos 6 anos. -

E o Senhor Presidente da Câmara deve ter o cuidado de não deixar que se atrase em muito tempo o lançamento do concurso para as infraestruturas do futuro loteamento. -----

Lembrar o Senhor Presidente da Câmara que existia um projeto de Loteamento já bastante avançado na saída da Aldeia em direção A-do-Neves e que contemplava um número de lotes bastante significativo.-----

Dispensamos as explicações habituais a dizer que o projeto estava incompleto, se estava incompleto, 6 anos é tempo mais do que suficiente para ter resolvido a situação o que interessa agora é que o tempo não pode esperar mais.-----

Em segundo lugar a situação dos caminhos rurais deve ter alguma atenção nessa área e realizar manutenções todos os anos.-----

Estou certo que o Senhor Presidente da Junta pela sua experiência deve ter isso em consideração até porque, manutenções anuais diminuem os custos de intervenção e os caminhos mantêm-se sempre em boas condições. Nunca é demais chamar a atenção para esta necessidade.-----

Em terceiro lugar a Estrada Municipal 515 do limite do concelho com Ourique até à Estrada Nacional 393. Quer mais uma vez lembrar que a requalificação desta estrada já era uma prioridade em 2006, em 2013 quando saímos da Câmara. Nestes 6 anos assistimos a uma intervenção nesta estrada feita pela empresa Águas Públicas do Alentejo na sequência de uma autorização do Senhor Presidente da Câmara para abertura de uma vala para instalar uma conduta adutora de água. Nunca estivemos de acordo com esta autorização porque é mais do que evidente que a plataforma da estrada dificilmente ficará com a mesma qualidade na medida que haverá sempre abatimentos na zona da vala. A situação está à vista de todos com o agravamento que o troço da Aldeia até à Corte Zorrinho sem sinalização horizontal tem mais 6 anos e é muito tempo. Deixamos aqui a nossa posição de exigência para que esta requalificação seja feita o mais rapidamente possível e que não fique de fora o tratamento adequado de tudo o que de mal e insuficiente foi feito pela empresa Águas Públicas do Alentejo. -----

Em quarto lugar perguntar ao Senhor Presidente da Junta se acha oportuno ou não a elaboração de umas normas orientadoras de trânsito na Aldeia, entenda esta pergunta como um contributo para resolver algum problema, se por ventura ele existe, foi-nos colocado que existem situações onde isso é perfeitamente justificável. -----

Em quinto lugar e, sabemos nós, que existe nesta freguesia uma entidade de cariz social, Associação Social e de Solidariedade, cujo objetivo entre outras coisas era a construção de um equipamento social na área do Apoio Domiciliário e Centro de Dia, pensamos que este objetivo deve ser colocado novamente na agenda e deixa este repto ao Senhor Presidente da Junta e ao Senhor Presidente da Câmara para que tenham esse propósito em consideração porque já existe um projeto que pode ser adaptado para esta freguesia e existe um terreno propriedade da Câmara Municipal onde pode ser construído. Procurem dinamizar a vida desta associação e tornar este objetivo uma realidade.-----

Em sexto lugar e por estarmos na primeira sessão descentralizada numa freguesia vem muito a propósito chamar a atenção do Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Presidentes de Junta da necessidade de rever o Protocolo assinado entre estas autarquias e relativo à receita proveniente do consumo de água doméstica. O protocolo foi assinado há cerca de 20 anos e está claramente desatualizado, se o propósito é manter uma percentagem da receita da água para as Juntas de Freguesia e, nós Partido Social Democrata pensamos que deve ser mantido, então atualizamos o protocolo e vamos transferir para as Juntas a totalidade dos 25% desta receita como era a ideia original. -----

Por último lembrar ao Senhor Presidente da Junta que o horário de funcionamento da Junta deve ter como principal objetivo o melhor atendimento possível para os munícipes. A Junta de Freguesia existe para servir a população. -----

Usando da palavra o **deputado José Guerreiro**, disse o seguinte: -----

*“Na sequência de varias intervenções do Senhor Vereador António Sebastião nas reuniões de Câmara, nomeadamente na reunião de Câmara de 15 de janeiro, e de alguns dos nossos representantes nas sessões da Assembleia Municipal, quando referimos que a capacidade de execução deste executivo tem sido muito reduzida e devia de ser maior, ao que o do Senhor Presidente da Câmara responde quase sempre com desculpas “esfarrapadas”, como a da reunião de Câmara referida do dia 15 de janeiro, dizendo que (ver ata n.º 2 / 2020, de 15 de janeiro página 20): “vou ter que fazer o que queria evitar, que é contratar uma empresa externa para analisar os projetos. Explicou que temos poucos Engenheiros e a legislação não permite que os dois técnicos que temos fiscalizem obras com valor superior a 150 mil euros e não é correto que eles analisem os projetos e o Engenheiro os assine, estamos a encontrar soluções, temos projetos à espera e por isso tem de fazer contratos de avença para análise dos projetos e fiscalização.” -----*

*Parece-nos que o do Senhor Presidente da Câmara está a confundir e a deturpar as coisas, pois está a misturar os limites de fiscalização com os de execução de obras públicas e ainda por cima a insinuar que os fiscais analisam e os engenheiros assinam, e no meio desta confusão quer justificar contratos de avença para análise de projetos e das suas fiscalizações. -----*

*Parece que há aqui umas grandes confusões e até aproveitamento da situação muito duvidosas, para dar volta aos assuntos para irem por caminhos pouco claros, senão vejamos:-----*

*1.º - Nunca na Câmara Municipal houve tantos técnicos no setor de obras, portanto não é porque há poucos;-----*

*2.º -Nunca na Câmara Municipal houve um grau tão grande de êxodo, ou seja, de saída de técnicos superiores, deste setor das obras e em todos; -----*

*3.º - Nunca na Câmara Municipal houve um desaproveitamento tão grande de recursos, nomeadamente humanos, sim que se estão a pagar os ordenados e simplesmente não se dá trabalho a pessoas úteis e capazes de prestar um trabalho de valor que ninguém que venha de fora, seja lá quem for, com avenças chorudas será capaz de fazer tão bem como os que estão por dentro da realidade e o façam melhor e sem mais custos para a autarquia e com “amor à camisola”. -----*

*Vamos deixar que estas situações se arrastem e se desperdicem recursos humanos, só porque não há capacidade de os gerir?-----*

*Não, não será tempo de fazer uma introspeção e rever o que será que está mal? -----*

*Serão só os outros? -----*

*E nós, estamos mesmo certos?-----*

*Convém parar para refletir, pois neste caso temos recursos, as pessoas e estamos a desperdiçar e até a empurrar para fora tudo e todos, comprando a qualquer preço os serviços que são em geral duvidosos e que trazem muitas dúvidas, atrasos e custos incalculáveis tanto para o dono da obra, como para os empreiteiros, sem falar nas consequências para as populações que têm de aturar todas estas falhas com os incómodos das obras com tempo de mais.-----*

*Sim, não será a hora de se ver o que está a acontecer nas obras em geral da nossa Câmara? -----*

*Em vez de se dizer só que nos calham empreiteiros falidos ou em via disso, porque não se analisam as causas que trazem as consequências que todos conhecemos?-----*

*Não é preciso ir muito longe, nem recuar muito no tempo, todos temos presente as obras que aconteceram por exemplo aqui na Aldeia dos Fernandes, nomeadamente a Estrada da Abobada, a Estrada Municipal 515 (que é a do Percurso Pedonal entre o Norte da Aldeia dos Fernandes e o Cemitério), podemos alargar para as obras do Cineteatro que ainda não se conseguiu acabar, na*

*Entrada Sul de Almodôvar ainda com problemas para resolver, no Parque de Caravanismo, que nunca mais acaba, das obras de Santa Clara tão demoradas, etc. -----*

*O que têm em comum? -----*

*Projetos incompletos, preços irrealistas, fiscalizações deficientes, falta de liderança nos processos, que envolvem a falta de decisão e atuação em tempo útil, etc.. -----*

*Que têm como consequência e o quê? -----*

*O arrastar de prazos, de custos acrescidos a todos os intervenientes, de incómodos para a população em geral, discussões e casos que chegam até aos tribunais, etc. -----*

*Não se pode dizer no fim que são só os empreiteiros e os técnicos em geral que estão mal, esses também estão e ficam ainda pior quando se deparam com obras nestas condições... -----*

*Pelo exposto parece-nos que se deveria finalmente e sem demora, analisar esta situação e pegar nos pontos de origem de todos os males e não andar só à procura de “castigar” todos os que estão abaixo sem querer ver as verdadeiras causas do mal. -----*

*Obrigada pela atenção e espero Senhor Presidente que tome algumas diligências.” -----*

O **Presidente da Assembleia** referiu que antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para ele prestar os esclarecimentos e responder às questões que foram colocadas, quer informar que em relação ao que lhe foi colocado diretamente pelo Senhor Jorge Marques, sobre a questão da consulta e envio dos documentos, irá ver o assunto com a maior das atenções.-----

Quanto à questão que foi colocada pela Senhora Deputada Ana Isabel Guerreiro, deve dizer que depois de tantos elogios das intervenções que antecederam, também não faz mal nenhum receber uma criticazinha, seja ela justa ou injusta, como lhe parece ser o caso. A questão que colocou em relação ao tempo, e lá diz o ditado na sabedoria popular que é inquestionável “mais vale tarde do que nunca”, e diga-se o que se disser da descentralização, critique-se o que se criticar sobre o seu timing de implementação, foi neste mandato, foi com esta Assembleia, com esta Mesa e com este Presidente, que a senhora deputada criticou, que se fez a primeira sessão descentralizada. Fosse quem fosse que tomasse iniciativa, esta foi a primeira sessão descentralizada da Assembleia Municipal. O timing com que ela foi feita pode considerar-se que foi tarde, podia ser mais cedo, podia ser mais tarde, podia nunca ter sido feita, portanto isso pouco importa. O que realmente é importante, prioritário e urgente são as decisões que vão ser tomadas aqui hoje relativamente ao reconhecimento do interesse público municipal, prioritário e urgente é a votação e decisão sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento, de modo que a Câmara Municipal execute as políticas de acordo com os seus ideais com aquilo que se pretende fazer, urgente, necessário e prioritário é a aprovação dos Regulamentos de maneira a que a Câmara funcione, isso é que é urgente e prioritário. -----

Esta questão da descentralização é importante, é muito importante, e tanto assim é que nós estamos a fazê-lo aqui hoje, a primeira sessão da Assembleia Municipal descentralizada, e esperemos continuar com este processo independentemente da senhora deputada achar que foi tarde ou que foi cedo, portanto isso fica nas nossas mãos. -----

O **Presidente da Câmara** referiu que não ouvimos aqui um elogio da oposição e não seria de esperar muito mais, afinal de contas são oposição e é para isso que servem. Podiam às vezes também tentar ajudar, não somente criticar aquilo que acham que está mal feito, mas olhar para todo o contexto e ver que nem sempre o que está mal feito é mal feito, às vezes, o que está mal feito parece que está mais mal porque é visto com olhos críticos e não com olhos positivos, mas cada um saberá responder e interpretar como queira.-----

Tem aqui uma longa lista, portanto não se vai alongar em filosofias, vai direto ao assunto. -----

Senhor José Germano, muito obrigado pela sua colaboração enquanto Presidente de Junta, com esta Câmara Municipal. Não conheceu outro Presidente na Aldeia dos Fernandes portanto não sabe, não tem termos comparativos, mas sabe que o Senhor tem sido um exemplo para esta aldeia. Felizmente temos seis Presidentes de Junta que são o exemplo



para o concelho de Almodôvar e sem eles o Executivo da Câmara Municipal não fazia nem metade do que tem feito. São as vossas exigências, é a vossa persistência, é a vossa vontade de fazer, é a vossa proximidade e o vosso relacionamento com a população, vocês e o vosso executivo, porque eu não trabalho sozinho e vocês também não trabalham certamente sozinhos, mas há uma força de vontade nítida e visível. O José Germano é um “chato”, é, mas se ele não fosse “chato” não tínhamos feito metade do que temos conseguido fazer e uma Junta de Freguesia que não recebe dinheiro do governo para pagar as contas normais do dia-a-dia, nunca conseguiria fazer uma obra que fosse se não fosse um “chato”, portanto ainda bem o Senhor é um “chato”. Mas além de “chato” é um excelente Presidente de Junta, deixe-me que lhe diga e, se eu comparar com aquilo que as pessoas me dizem em relação ao anterior, o senhor está 200% acima, digam o que disserem, os factos estão lá, eu não estive cá, não posso afirmar, mas é aquilo que me dizem, é o que oiço e uso aqui em público sem qualquer pudor, interpretem como quiserem. Claro que o Senhor não está sozinho, tem uma equipa excelente consigo. O Senhor José Germano já chegou ao pé de mim e já me disse, não tenho dinheiro para limpar as ruas, mas não se preocupe Presidente, eu o Nelson e o David vamos limpar e elas aparecem limpas. Se calhar nem todas as Juntas têm feito isto porque têm recursos humanos e aqui infelizmente não há, têm de se socorrer daqueles que têm ou tem contratos temporários com pessoas seis ou nove meses, infelizmente é a precariedade que nós temos ou então fazem eles quando podem e fazem muito e vocês cá na terra sabem a verdade, se fazem pouco, se fazem nada, depende dos olhos de cada um, a nós chega-nos essa informação.-----

Senhor Luís Martins excelente intervenção. Deixe-me dizer que tudo o que foi dito nesta sessão até agora, de tudo, de todas as críticas que nós levamos, há uma que tem razão de ser, nós já devíamos ter feito o Loteamento Municipal da Aldeia dos Fernandes, essa é uma crítica que tem de assumir e tem que baixar os ombros e dizer, é verdade, porque já tivemos tempo para lançar o projeto. Vamos tentar lançar o projeto este ano para que no ano que vem os lotes comecem a tomar figura em termos de urbanismo, em termos de infraestruturas, vamos tentar a todo o custo, só que têm sido tantos projetos, é para a semana é para a outra e, de facto, a Aldeia dos Fernandes é a razão que vocês têm todos para me apontar é a nossa falta de intervenção nesse loteamento, é um facto, não vale a pena eu estar aqui com hipocrisias, que é uma coisa que eu não sou é hipócrita. É um facto, aí sou culpado, portanto Luís Martins tem toda a razão em fazer-me lembrar que o meu compromisso convosco é faze-lo ainda neste mandato, se falhar, mais uma vez, a culpa é minha. Se falhar este projeto, tenho feito tantos outros que ao fim de tantos se falharmos um, mas vou tentar tudo por tudo para que não falhe. Relativamente aos outros temos também o mesmo problema, o projeto no Rosário, esse sim, tem forma já há desenhos feitos, o da Aldeia dos Fernandes, não herdamos nada. -----

Há bocadinho houve um comentário de um eleito da Assembleia Municipal que nos disse que havia um projeto preparado à saída da aldeia, é verdade, havia sem cumprimento de PDM, com lotes extremamente maiores que aqueles permitidos por lei e era impossível, tanto que era impossível que o anterior executivo da Câmara nem o projeto pagou porque ele não estava em condições de ser aceite, os dados estão lá na Câmara. Se o Senhor Vereador abana a cabeça faz muito bem, os dados estão na Câmara, consulte quem quiser, nunca proibi ninguém de consultar um processo na Câmara Municipal, nem proíbo, é público, não tenho medo de mostrar nada a ninguém, estamos cá a trabalhar com transparência, portanto, não venham com tretas de processos, 30 dias, 10 dias, consultem quando quiserem. O Senhor Vereador Sebastião está neste momento há mais de um mês a consultar processos, os que quer, eu nem pergunto quais são, não me diz respeito, todos são públicos, todos vocês aqui presentes podem fazer o mesmo, consultem os que quiserem, acompanhados com um funcionário da Câmara sempre, não há cópias de projetos, não há fotografias e não há projetos fora da Câmara, mas consultem o que vocês

entenderem, vocês é que sabem, a Câmara é uma porta aberta, é nossa, é de todos nós, com respeito pelo segredo profissional, portanto não sai nada de lá. -----

CTT, sim há negociações, não sei quando é que vamos ter os CTT de volta em Almodôvar, mas há promessas que eles vão voltar para Almodôvar. Aljustrel já conseguiu devido a uma pressão do sindicato, maior que a nossa, nós ainda não conseguimos, estamos a tentar, portanto brevemente haverá uma reversão da decisão tomada. Não sabe quando, não tem essa informação, as reuniões que tivemos foram poucas porque eles não vêm a reuniões, não querem saber de reuniões connosco, tivemos duas ao longo de três anos e sabe mais através dos órgãos de comunicação social que sabe diretamente dos gestores dos CTT. -----

Relativamente à petição da Barragem de Oeiras, teve a oportunidade de dizer isto na última reunião de Câmara, esteve parada demasiado tempo, é um projeto demasiado importante para o concelho de Almodôvar para ser abandonado por uma simples decisão de um parecer não positivo. Sobre a barragem em 1997/98 houve um estudo feito, o parecer veio negativo, tudo bem, mas nós devíamos ter sempre continuado a lutar para que ela fosse feita, hoje se calhar já estaria mais avançada, feita ou não, mas já estaria mais avançada. Nós começamos o processo o ano passado porque achamos que devido às alterações climáticas, e agora há a moda em todo o mundo do ambiente, dos problemas ambientais, que teríamos aqui uma janela de oportunidade e começamos a trabalhar, a tentar colocar novamente a barragem de Oeiras, o estudo de viabilidade da mesma e a sua construção, na agenda política. Começou por contactar a ACOS para ter o seu apoio numa petição, começou por contactar a Associação de criadores de porco preto alentejano, de Ourique e o Campo Branco. Contactou as Associações todas do nosso distrito para tentar saber se lançassem a petição o que é que lhe diriam, teve o apoio de toda a gente até agora. Parece não ter o apoio da Vereação da parte da Câmara Municipal ou dos senhores eleitos do PSD. Se não tem paciência, não querem o bem do concelho, porque para mim sendo uma ideia do Presidente da Câmara, ou sendo uma ideia da Câmara Municipal, que ainda não foi o assunto para ser deliberado, irá para ser deliberado quando tiver argumentos técnicos, o que pode dizer é que se não quiserem, não querem, o problema será deles, da nossa parte, da parte do Executivo do Partido Socialista existe essa vontade. Quando o assunto estiver devidamente preparado, devidamente fundamentado em vias legais vai à Câmara Municipal para aprovação. Foi criticado na última reunião de Câmara um assunto que não é aqui chamado, aqui foi abordado novamente, ver-se-á quem vota contra, quem vota a favor, vai sair uma petição de certeza absoluta, gostem ou não gostem, porque a petição significa que vamos recolher 5,6,7,8,9 mil assinaturas para que assunto seja colocado e discutido na Assembleia da República com os deputados e aí sim toma forma, forma nacional. Fará os possíveis no seu mandato ou nos mandatos seguintes, mesmo que não esteja na Câmara, para levar este projeto para a frente, porque acha que é um projeto de viabilidade para concelho em termos ambientais, em termos ecológicos, em termos de reservas de águas para formação de aquíferos, enchimento de aquíferos e em termos de agricultura, de animais etc., e, se é bom para nós, o seu trabalho enquanto Presidente de Câmara é despertar a atenção do assunto. Claro que o mesmo só aparecerá nas vossas mãos para assinar quando estiver aprovado pela Câmara, é natural, é um assunto da Câmara não o vou colocar em nome pessoal. -----

Relativamente à questão da degradação dos campos de ténis, existe uma intenção da nossa parte de fazer de um dos campos de ténis um campo de Padel e estamos a pedir já, inclusivamente, orçamento para a requalificação dos dois campos de ténis. Também aqui o Gimnodesportivo da escola EB 1 da Aldeia dos Fernandes está a ficar degradado, existe em preparação um orçamento a um empreiteiro local para ver se podemos colocar microbetão e outro material sintético, que não sabe o nome, que possa suportar a pintura e seja um pavimento menos abrasivo do que aquilo que é hoje, está em curso e em breve teremos novidades. -----

Sobre a Senhora Deputada Fernanda Caetano muito obrigada pelos seus comentários à Assembleia, à Câmara e à Junta, também certamente terão oportunidade de agradecer, à Senhora Deputada Cristina Germano, da mesma maneira, muito obrigado. -----

A Senhora Deputada Ana Guerreiro fala de obras feitas na Aldeia dos Fernandes, falou do Gimnodesportivo, da ETAR, da requalificação da EB1 e muito bem. Em 12 anos se não fizessem nada na Aldeia não estariam aqui hoje, muito bem, ainda bem que falou nos assuntos. Também vai querer dizer ao fim de 12 anos o que fez em todo o concelho, aqui inclusive, já há obra feita e ainda só estão 6, quando chegarmos a 12 o legado que nós queremos deixar, queremos que seja melhor que o vosso, essa é a nossa função fazer sempre melhor. De qualquer das maneiras, fez muito bem mencionar as obras, tal como vocês começaram ou terminaram obras que foram começadas por outro executivo, o PSD acabou tantas que eu me lembro em Almodôvar e no concelho, nós também fizemos o mesmo. Por exemplo aqui na Aldeia dos Fernandes terminaram o Gimnodesportivo que foi começado pelo Presidente Ribeiro e fizeram outras obras do vosso interesse político, das necessidades da aldeia. Pensa que foi o Gimnodesportivo ou pode ter sido a avenida, alguma coisa foi iniciada, de qualquer das maneiras estamos só a mencionar exemplos. Fizeram a ETAR e muito bem, os esgotos a céu aberto não seriam admissíveis e fizeram outras obras também que não foram aqui mencionadas, nós fizemos outras, o Largo da Oliveira que foi terminado há pouco tempo, fizemos uma obra gigante de atravessamento da Aldeia dos Fernandes com a substituição de todas as tubagens, está uma avenida lindíssima, meritória de uma vila moderna, uma avenida com passeios, estacionamento, pavimento novo, iluminação led ao longo de toda a avenida que permite às pessoas irem em segurança visitar os seus entes queridos que infelizmente se foram e que os miúdos com as bicicletas transitem em segurança total. Faltam detalhes? Se calhar falta um detalhe ou outro, temos a garantia da obra, é muito natural que faltem pequenas coisas que se vão fazendo, é para isso que estamos cá e é para isso que a Junta está cá. -----

Falou também da pavimentação das ruas, falou que deixou a pavimentação para a Abóbada pronta, não é verdade, deixou quase pronta, deixou, foi o processo pronto da repavimentação entre a Aldeia e a A-do-Neves. -----

Não sabe o que está a dizer de mal em mencionar o que a senhora deputada disse e corrigi-la, não sabe onde é que está o erro. -----

O Senhor Deputado está a chamar-lhe mentiroso, pede imensa desculpa, se não gosta, por favor deixe-o acabar. Agora, se alguém é mentiroso, é o senhor e já lá chegamos por amor de Deus, não é, estou a falar e exijo esse respeito, o senhor falou o que quis e eu não o interrompi. -----

Aquilo que se passa é o seguinte, o projeto que ficou todo pronto, nós chegamos e começamos a fazer a obra, e nunca escondeu isto de ninguém, foi a Estrada de A-do-Neves. Estava o projeto todo pronto nós chegamos e começamos a fazer, tudo pronto. Eu estou a dizer alguma coisa de errado? Agora o projeto para os montes até à ponte da Abóbada não estava todo pronto, não estava acabado, não havia pareceres da CCDR, não havia projeto de execução final, não havia concurso lançado, não estava pronto, nós acabamos o projeto qual é o problema? Ainda bem que o executivo anterior nos deixou coisas para fazer e nós deixaremos para outros, é assim que funciona, não vê onde é que está a mentir. -----

Dentro da Aldeia dos Fernandes ainda falta fazer muita coisa. Informo aqui esta Assembleia que hoje nos comprometemos com a compra da casa em frente à Junta de Freguesia, vai ser nossa para a semana que vem, é uma intenção que o Senhor Presidente me solicitou e que eu com os meus colegas da vereação achamos por bem aceder e comprar a casa. Ainda não compramos, não há escritura feita, há compromisso e palavra de homens é palavra de homens, negociamos o valor e a Junta de Freguesia vai ter um espaço em frente à Junta para armazém, para caixotes de lixo, para um espaço de reserva, aquilo que o Senhor Presidente e o Executivo da Junta queriam. -----

Compramos uma casa velha há dois ou três anos, o Largo da Oliveira está feito, falta o mural que não está acabado, está feito, está lindo, falta fazer a rua que desce daquele largo porque há inundações, falta arranjá-la, falta arranjar o Gimnodesportivo da escola, é verdade, falta meter um relvado no campo de futebol, havemos de o conseguir colocar, porque a Aldeia dos Fernandes não é menos que outras povoações, mas lá chegaremos, tudo ao mesmo tempo não conseguimos, mas há uma coisa que falta de certeza, o loteamento jovem, esse falta e não me perdoe se não conseguir fazer em tempo útil. -----

Senhor deputado Jorge Marques, se amanhã quiser ir para a nossa Câmara passar o dia inteiro a ver documentos esteja à sua vontade, você ou qualquer cidadão, nós não fechamos a porta a ninguém, tem é de estar acompanhado de alguém, é o normal em qualquer Câmara. Os senhores deputados fizeram um pedido numa Assembleia, para que o Presidente da Câmara respondesse a 4 ou 5 questões, o Presidente da Câmara mandou os Vereadores com os pelouros prepararem as questões, levamos quanto tempo? 30 dias, 35, 40, foi o tempo possível, não há lei nenhuma que nos obrigue, nenhuma, venha com a lei que quiser Senhor Deputado, lei nenhuma nos obriga a responder a um pedido oral. O Código do Procedimento Administrativo obriga a um pedido escrito, temos 10 dias para responder, escrito diretamente à Câmara, os senhores fizeram um pedido numa Assembleia, nós fomos à procura de informação, a informação foi fiável e, por favor, não culpem o Senhor Presidente da Assembleia, a culpa é minha, fui eu que não respondi ao Senhor Presidente da Assembleia em tempo útil, não deem culpa ao Senhor Presidente, ele pediu-me a mim 4 ou 5 vezes, fui eu que não respondi e, assumo essa responsabilidade, respondi-lhe quando me foi possível responder. -----

Peço imensa desculpa Senhor Deputado, deixe-me só terminar, respondi-lhe quando me foi possível, com informação concreta. Por acaso o Senhor leu a informação? Tirou proveito dela? Ou só lhe interessa mencionar aqui que eu me atrasei 30 dias em relação à resposta? -

Então vocês não leram e eu já respondi há dois meses, ainda bem que não servia de grande coisa, ainda bem que não fazia falta, para a outra vez levo 3 meses. -----

Levei tempo a prepará-la, estava perfeita, se tivesse sido dado em 10 dias não era perfeita. -----

Senhor Deputado Fábio, falou que estava bastante atrasado o loteamento, tem razão já mencionei aqui, tem razão, daquilo tudo que vocês disseram aquilo que de facto me toca mais diretamente é a questão do loteamento, de facto, já devia estar em execução. Temos também uma negociação feita com a Associação columbófila para haver uma permuta com um lote que têm e que não vão usar, para outro espaço, existe negociações feitas mas temos sido lentos nesse processo, é verdade, tenho que o assumir, nem tudo são rosas mas é verdade.-----

Caminhos rurais são da responsabilidade da Junta e olhe que na Aldeia dos Fernandes os caminhos rurais estão muito bons, poderá haver um buraco ou outro com as chuvas mas não estão más, há piores. E nós, o Senhor Deputado sabe, nós damos valores à Junta para elas façam manutenção dos caminhos, mas também ajudamos, temos uma máquina permanentemente no concelho, à medida que as exigências vão surgindo a nossa máquina e respetivo maquinista está sempre a reparar caminhos.-----

Não sendo da nossa inteira responsabilidade, é da nossa responsabilidade também porque a nossa responsabilidade é o município de Almodôvar, damos essa ajuda na Aldeia dos Fernandes, há 3 anos que nós não vimos cá com máquinas, não tem sido necessário mas, se calhar este ano ou para o ano que vem, temos que vir senão o Senhor Presidente não me deixa à porta.-----

A 515 é um projeto que está em desenvolvimento. Vou-lhe dizer outra coisa que o Senhor Deputado também não vai gostar, a 515 já estaria feita, de facto, se o projeto do Castelo do Alto tivesse ido para a frente, porque eles tinham um projeto compensatório para a Câmara de Almodôvar onde faziam a reparação integral da 515. Como esse projeto foi mais um que gorou, no executivo anterior, que o senhor tanto defende e bem, é o seu

papel. Gorou por culpa da economia, de uma crise, de uma serie de situações, nós recomecemos esse projeto bastante mais tarde porque tentamos negociar com a empresa, com a Promovalor que era o nome da empresa, a ver se conseguíamos. Passaram 6 anos, as coisas levam tempo, a ver se conseguíamos encontrar solução e o projeto está em desenvolvimento há 2 anos. Brevemente é apresentado em Câmara para aprovação do projeto da Corte Zorrinho interior e também da Aldeia dos Fernandes, ou melhor, da Corte até à 393, mas a estrada está de facto a precisar de obras, neste momento a de Santa Cruz e essa são as nossas piores estradas no concelho. -----

A Estrada da Corte Zorrinho/Moinhos de Vento é demasiado estreita, mas as duas piores são as de Cruz/Dogueno e esta aqui. -----

Protocolo de cobrança de água, esse assunto foi focado aqui o ano passado, acha que já foi abordado pelo eleito Luís Martins e pela bancada toda do PS, não se recordando se o PSD fez alguma intervenção. É um assunto que já está a ser tratado, comprometeu-se que no ano 2020 fariam um novo protocolo, até porque é necessário fazer porque grande parte das pessoas já paga por multibanco, as Juntas já não ganham dinheiro quando vão ver a leitura, de facto, há necessidades de nós este ano fazermos o protocolo. -----

O centro de dia da Aldeia dos Fernandes, não percebi muito bem essa sua questão. A Aldeia dos Fernandes é a aldeia mais jovem do nosso concelho, é a aldeia que mais jovens tem, não vê aqui ainda essa necessidade, vê maior necessidade em Gomes Aires, cujo projeto está quase pronto, do que propriamente aqui, o que não quer dizer que não existe, um dia, mas há projetos mais prioritários que esse aqui para a Aldeia dos Fernandes. -----

Senhor Deputado José Guerreiro, quando não fazemos trabalhos somos criticados, que não fazemos, quando nós queremos colocar uma empresa a analisar projetos porque não temos pessoal suficiente somos criticados que vamos fazer avenças, isto assim é gerir ao sabor do vento. É difícil, temos que tomar posições e a minha posição foi essa, tenho quase 40 projetos, pequenos, grandes, médios que requerem análise técnica, requerem pareceres técnicos e nós temos no quadro o Eng.º Alexandre que desde que entraram para a Câmara praticamente saiu, não tem trabalhado, continua a estar no quadro mas não está a trabalhar, tem encontrado soluções viáveis legalmente para estar ausente da Câmara, faz o seu papel. Temos um engenheiro que está em baixa, em suporte familiar. Temos uma engenheira que esteve duas crianças seguidas, teve de baixa. Temos um engenheiro que entrou o ano passado, portanto, o nosso corpo técnico é do melhor que existe, é um facto, mas está muito desfalcado. -----

Em termos de arquitetos, já tivemos mais arquitetos, quando o Senhor Deputado lhe diz que nunca a Câmara teve tantos técnicos está naturalmente a mentir-nos, é verdade. -----

É verdade, mas saem porque querem sair, porque nós felizmente somos democráticos, há um arquiteto que mora em Aljustrel e gasta muito dinheiro todos os dias e quer ir embora e se quer ir embora tem que ir embora, não se está a sentir bem, não é pelo executivo, porque tem sido dos nossos melhores arquitetos, foi-se hoje, vem outro novo. ---

Havia uma arquiteta na Câmara que também não se sentia bem por algum motivo, saiu, porta aberta para entrar e para sair, democracia na Câmara Municipal de Almodôvar, não se sentem bem com este executivo ou com o local, ou não gostam da vila, ou não gostam do ar das estevas, procurem ar melhor, eu sinto-me feliz onde estou portanto, se não me sentisse feliz não tinha vindo de tão longe, de onde vim, para vir para Almodôvar. De qualquer das maneiras, nós abrimos portas para entrar e para sair, os nossos arquitetos os nossos engenheiros como já disse, são do melhor que há, e são, mas pronto, cada um saberá aquilo que é melhor para si próprio, neste momento estamos desfalcados, vamos abrir novo concurso em breve para colocar pelo menos mais um engenheiro, se não se resolver a situação com o engenheiro que eu falei há bocadinho. -----

O Senhor José Guerreiro mencionou aqui um ponto que não pode deixar de o criticar, tem que o fazer, porque você vai-me falar em atrasos em obras e fala-me inclusivamente no atraso da obra de Santa Clara, aquela que o Senhor enquanto cidadão profissional é

responsável e que o Senhor sabe perfeitamente bem que está um ano atrasada. Agora a culpa é minha, eu não devia já ter despedido a empresa que está a fazer a obra e o Senhor neste momento estava a trabalhar em Alcácer do Sal, se calhar, em vez de estar a trabalhar em Santa Clara? Se calhar devia ter feito isso, acho que sou é parvo, porque quero que as pessoas que são profissionais, que eu sei que são profissionais, trabalhem no meu concelho, nas obras da Câmara Municipal e o Senhor eleito deputado Municipal José Guerreiro é um excelente profissional, fora desta Assembleia, infelizmente não é tão bom deputado como é engenheiro, e fica perplexo com esta afirmação.-----

A obra do Bairro da Misericórdia também de facto atrasou, e está atrasada, e também é a Consdep, coincidência, que está a fazer a obra. -----

Depois relativamente à falta de decisão do Presidente da Câmara que mencionou, por acaso tenho lá uma coisa para decidir na Câmara, não vou dizer aqui qual é, mas segunda-feira decido-a consigo, porque também é uma falta de espírito colaborativo e o Senhor está a usar aqui na Assembleia a sua função de engenheiro, que sabe tão bem fazê-la e, não está aqui a corroborar com aquilo que eu pensava que ia corroborar, de qualquer das maneiras, ainda bem que me pica senhor deputado e eu vou picá-lo como engenheiro, pode crer. -----

Muito obrigada no entanto pelas suas afirmações.-----

Sobre o Cineteatro nem vou falar porque toda a gente conhece a história do cineteatro, acho que é um erro falar neste momento, está em Tribunal um processo contra nós e nós contra o empreiteiro, onde existem precisamente questões que nós não conseguimos resolver. Não conseguimos, foram herdadas do empreiteiro anterior que faliu e que este empreiteiro a seguir não as quer assumir porque diz que não são dele, há aqui uma serie de situações, no entanto o cineteatro está a funcionar. Há pequenos detalhes, é verdade, que já podiam ter sido reparados, pequenas coisinhas, sinalética no cineteatro, pequenas coisinhas que nós já podíamos ter feito, mas de facto o empreiteiro não tem colaborado, não tem, mas vamos fazê-las. Aliás já foi contratada uma empresa de serviços para dar resposta a um ofício que recebemos de uma entidade precisamente a exigir que aquelas pequenas coisas fossem feitas. -----

O senhor deputado refere-se a castigar aqueles que estão abaixo de nós, nós não castigamos ninguém, nunca castiguei ninguém na Câmara, nem nunca dei culpa a ninguém por as obras não estarem acabadas ou por haver uma obra ou outra mais atrasada, a culpa é sempre minha, enquanto Presidente da autarquia. Agora, às vezes, o contexto ou as situações diferentes é que fazem com que a minha culpa seja maior ou menor, às vezes podia tomar decisões, mandar empreiteiros embora, podia. Dou-lhe um exemplo que fica aqui nesta sala para vocês verem, às vezes as decisões são bem tomadas, outras vezes nem por isso, esta neste caso foi excelentemente bem tomada, a estrada que liga a Aldeia dos Fernandes aos Montes, já foi aqui falado, houve um empreiteiro que começou a estrada, nós conseguimos candidatar a estrada, foi financiada a 85%, de repente o empreiteiro faliu. O empreiteiro devia dinheiro ao banco, nós não temos nada a ver com isso, o banco é que tem a ver com isso, certo, se ele nos propôs um segundo empreiteiro e estava em causa acabar a obra com financiamento nós aceitamos, foi a reunião de Câmara, o PS votou a favor, adivinhem quem votou contra, cada um sabe de si, e a obra avançou e acabou-se. Podia ter corrido mal, podia, felizmente acabamos a tempo, o empreiteiro continuou a dever dinheiro ao banco, mas nós ficamos com a obrzinha feita. Então eu sou o cobrador do banco? Tenho que ser é executante das obras da Câmara, se aquela obra estivesse por fazer ainda estava embargada hoje e vocês hoje estavam aqui a chamar-me nomes que a obra não estava feita e assim eu assumi e a obra está feita. Foi um risco, nós às vezes temos que assumir esses riscos, esse é um exemplo entre muitos que todos os dias passam na Câmara, às vezes tomamos decisões mal, ainda somos seres humanos na Câmara municipal de Almodôvar, atenção.-----

Durante a exposição do Presidente da Câmara, este foi várias vezes interrompido pelos deputados da bancada do PSD, cujas intervenções não se reproduzem por não se perceberem, uma vez que foram proferidas da bancada e sem microfone. -----

O **Presidente da Assembleia** chamou à atenção que o período de antes da ordem do dia, a nível de Regimento, tem um limite de tempo que hoje já foi largamente ultrapassado, por isso não dará a palavra a mais ninguém, neste ponto da ordem de trabalhos.-----

#### **C - PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

##### **C.1 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL REMETIDO PELA EMPRESA AGDA – ÁGUAS PÚBLICAS DO ALENTEJO, S.A. – ADUÇÃO AO EIXO ALMODÔVAR- MÉRTOLA SUDOESTE – EIXO CENTRAL:** -----

O **Presidente da Assembleia** referiu que este ponto e os que se vão seguir solicitam o Interesse Público Municipal, que é frequentemente solicitado para aprovação da Assembleia Municipal, quando se trata de questões de efetivo interesse para as populações e que requerem decisões por norma mais céleres do que o habitual.-----

Neste sentido, este pedido de Interesse Público Municipal remetido pela empresa Águas Públicas do Alentejo, tem em vista os objetivos constantes na proposta que os Senhores Deputados certamente tiveram ocasião de apreciar e, para o qual, solicita ao Senhor Presidente da Câmara Municipal o favor de prestar alguns esclarecimentos adicionais se assim o entender. --

O **Presidente da Câmara** começou por dizer que este ponto é um ponto básico, no fundo as Câmaras, como sabem, têm os acordos com as Águas do Alentejo. Existe uma parceria para esta empresa e existe um projeto de ligação desde a Barragem da Rocha, passando pelo Morgadinho, Almodôvar, etc. para levar água até às diferentes freguesias do concelho. Se o projeto for de Interesse Municipal esta adução entre Almodôvar e Mértola passando pelas Viúvas, Guedelhas, Dogueno, Santa Cruz, etc., será fácil para as Águas do Alentejo entrarem nos terrenos das pessoas e abrirem as valas, não vão apoderar-se de nada, vão simplesmente usar o espaço para colocação das infraestruturas por baixo do solo, assim, evita negociações, evita Tribunais, evita pedidos de indemnização e o que se pretende aqui é a celeridade do processo e que seja mais rapidamente e mais fácil a concessão desse espaço de cada um, para a utilização da adução que as Águas do Alentejo vão fazer na ligação às diferente localidades do concelho.-----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, tendo inscrito o deputado Alexandre Figueiredo.-----

Antecipando-se à apreciação e votação da matéria em epígrafe, o **deputado** Alexandre Figueiredo DECLAROU-SE IMPEDIDO e referiu o seguinte: -----  
"Isto já tinha ocorrido numa sessão anterior, só para registar o facto de eu manter um vínculo profissional com esta empresa Águas Públicas do Alentejo, S.A., circunstância que no caso concreto é suscetível de obstar que eu participe na votação e portanto vou optar por sair e não votar este ponto." -----

**QUÓRUM** - O Deputado Alexandre Figueiredo saiu da sala. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a **PROPOSTA N.º 01/VICE-PRESIDENTE/2020**, tendo a Assembleia Municipal, **por unanimidade dos presentes**, com 20 votos a favor (PS, PSD), **deliberado** o seguinte: -----

**Aprovar o Reconhecimento do Interesse Público Municipal** relativo à empreitada de Adução ao eixo Almodôvar - Mértola Sudoeste – Eixo Central. -----

**QUÓRUM** - o Deputado Alexandre Figueiredo reentrou na sala.-----

##### **C.2 – APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, COM VISTA AO RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL E PARA**

**AS POPULAÇÕES E ECONOMIA LOCAL DA INTERVENÇÃO EFETUADA NO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DAS MESAS DO CASTELINHO:**-----

O **Presidente da Assembleia** introduziu este ponto, referindo que este é mais um pedido de reconhecimento de interesse Público Municipal e vem acompanhado das declarações das várias entidades envolvidas que elaboraram o processo para justificar a sua importância e da mesma forma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara se pretende prestar alguns esclarecimentos sobre este pedido. -----

O **Presidente da Câmara** aclarou que vem ao encontro de uma necessidade que nós temos para formalizar uma candidatura ao PDR2020. As especificações das candidaturas, exigem que em termos de PDR-medida de renovação de aldeias, estes pequenos projetos só possam ser aceites, só possam ser analisados se os projetos forem de Interesse Municipal, se tiverem Interesse Público. As Mesas do Castelinho de facto não têm, o imóvel foi classificado de interesse há 30 anos, mas a exploração, o conteúdo, aquilo que se descobriu, o potencial etc., não tem esse Interesse Público Municipal, o imóvel sim, mas o potencial turístico não está classificado como tal e de maneira que para a candidatura ser aceite precisamos mesmo de o classificar como tal. 30 anos de investimento municipal em termos de apoio nesta exploração e um património tão rico, acho que não vamos perder nada por o classificar, só ganhamos.-----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito o Deputado Dário Guerreiro.-----

No uso da palavra o **Deputado Dário Guerreiro**, quis congratular esta decisão do executivo da Câmara, mas também não quis deixar esquecido todo o trabalho que foi feito nas Mesas do Castelinho. Como é falado, cada executivo faz o seu trabalho e os executivos anteriores também fizeram o seu trabalho nas Mesas do Castelinho e, por isso, também deixar uma palavra a eles, porque afinal não somos só nós os melhores, são todos aqueles políticos, todos aqueles que passam pela vida política, fazem todos um bocadinho pelo nosso concelho, mas é natural, quem está à frente agora é o executivo atual e quer congratulá-los por essa iniciativa. Pensa que não podemos estar a jogar fora dinheiros que são válidos para os nossos locais e estarmos a deixá-los abalar para outro lado e depois irmos gastar do nosso, não vale a pena, por isso, muito obrigada mais uma vez pela ajuda, pelas parcerias que têm feito com a União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires. -----

Estando o plenário elucidado e não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a **PROPOSTA N.º 39/VICE-PRESIDENTE/2019**, tendo a Assembleia Municipal, **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS, PSD), **deliberado** o seguinte: -----

**Aprovar o Reconhecimento do Interesse Público Municipal e para as populações e economia local** do Projeto a desenvolver no sítio arqueológico das Mesas do Castelinho.-----

**C.3 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, COM VISTA AO RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL E PARA AS POPULAÇÕES E ECONOMIA LOCAL DA INTERVENÇÃO PARA "RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA NORA DA CERCA DA PRESENÇA":**-----

O **Presidente da Assembleia** introduziu este ponto, referindo que este é também um pedido de reconhecimento de interesse Público Municipal e para as Populações e Economia Local e, da mesma forma, pergunta ao Senhor Presidente da Câmara se pretende prestar alguns esclarecimentos sobre este projeto.-----

O **Presidente da Câmara** aclarou que falamos novamente de um projeto que estamos a candidatar dentro da medida LEADER, também renovação de aldeias, para a Nora que está na Cerca da Presença, junto ao Ribeiro do Poço de Ourique, que se está a degradar e



precisamos de fazer ali obras. Temos aqui uma oportunidade de ir buscar algum dinheiro de fundos comunitários para financiar estas obras, vamos portanto tentar fazer essa recuperação baseado nesse apoio e de facto existe também aqui, como existiu no ponto anterior, a necessidade de considerar esta Nora de Interesse Municipal, para que a mesma seja avaliada ou considerada para o apoio necessário. -----

Estando o plenário elucidado e não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a matéria, tendo a Assembleia Municipal, **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS, PSD), **deliberado** o seguinte: -----

**Aprovar o Reconhecimento do Interesse Público Municipal e para as populações e economia local** do Projeto a desenvolver para “Recuperação e valorização da Nora da Cerca da Presença”. -----

**C.4 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, COM VISTA AO RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL E PARA AS POPULAÇÕES E ECONOMIA LOCAL DA INTERVENÇÃO PARA "RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO LAGAR DE GOMES AIRES":** -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu este ponto, referindo que a questão sobre este projeto do Lagar já foi à pouco abordada ao de leve e solicitava ao Senhor Presidente o favor de prestar alguns esclarecimentos sobre o que que consta este projeto. -----

O **Presidente da Câmara** aclarou que é um projeto precisamente igual aos anteriores, com alguma nuance em termos de procedimento. Neste projeto de LEADER- medidas de renovação de aldeias, cada entidade só se pode candidatar uma vez, nós já temos uma candidatura feita, melhor não está feita porque vai ser feita segunda-feira após a deliberação, e encontramos aqui um parceiro que tem tanta vontade de fazer esta recuperação como nós, que é a União de Freguesias de Santa Clara e Gomes Aires. Portanto, a candidatura vai ser feita precisamente em nome da União de Freguesias, já foi falado com o Senhor Presidente essa situação, vamos considerar também o património de Interesse Municipal para que a Junta, também tal como nós, possa ter acesso a esse fundo. Vamos apoiar a Junta naquilo que for necessário na candidatura, porque certamente não têm pessoal conhecedor de como se faz a candidatura, mas a candidatura é da União de Freguesias de Santa Clara e Gomes Aires, com o apoio da Câmara Municipal. -----

O **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito os deputados Ana Guerreiro e Dário Guerreiro. -----

Usou da palavra a **deputada Ana Guerreiro**, referindo que só quer dizer que acham muito importante este tipo de investimentos e que se façam projetos para a valorização local, como do Lagar de Gomes Aires, da Nora da Cerca da Presença e da Mesa dos Castelhos, por isso estão a aprovar tudo. -----

Questiona, em termos temporais, se isto é um projeto para daqui a muito tempo ou se temos o seu desenvolvimento rapidamente? -----

O **Presidente da Câmara**, em resposta, explicou que a prioridade neste momento é a candidatura e a aprovação da mesma, para isso temos de fazer um projeto e se for aprovado há logo dinheiro vivo para o fazer, se não for aprovado, temos que seguir o mapa que nós temos de prioridades de projetos, onde já disse há bocadinho mais ou menos quais eram, e depois é que vamos para este. Se não for aprovado é para fazer na mesma, mas é para fazer quando a situação financeira, a disponibilidade nos permitir, portanto não vamos saltar prioridades só porque temos mais um projeto. Posso dizer-vos que temos bastantes projetos, nem todos estão prontos para começar, mas alguns são mais prioritários. Este, se for financiado tem de ser executado senão acabamos por perder o financiamento, portanto a resposta é, depende. -----

Continuando, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Deputado Dário Guerreiro**, que começou por dizer que em relação ao Lagar, como o Presidente da Câmara disse e bem, é importante para Junta de Freguesia e atendendo que a situação financeira é estável, não deixamos fugir este dinheiro. Se não o tivéssemos, a Câmara também não poderia candidatar-se, então estaríamos a ver o telhado do lagar cada vez mais deteriorado. -----

A Câmara deu todo o apoio a nível de equipa, a Família deu uma força tremenda, nós já entregamos a papelada necessária, o que pediram, tudo o que fazia falta da parte da Junta já foi entregue, dia 6 de março termina o prazo, mas pensa que tudo vai correr bem e não deixaremos fugir este financiamento. -----

Pode dizer-nos que já tivemos esta semana com uma empresa, lá no Lagar, para termos uma perceção do que vai fazer falta. Não vai ser feito tudo de uma vez, tem que ser feito em duas fases, mas a prioridade agora é segurar as paredes e o telhado, pôr um telhado novo para não deixar aquilo abalar e depois vamos esperar mais financiamento e tentar aproveitar. Por isso, mais uma vez a nossa freguesia “estará de olho”, felizmente estamos bem financeiramente e com o apoio técnico da Câmara também mais facilmente nós conseguimos resolver papelada, problemas que nós não conseguimos e por isso mais uma vez obrigada à Câmara por esse apoio técnico que dá às Juntas de Freguesia. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a matéria, tendo a Assembleia Municipal, **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS, PSD), **deliberado** o seguinte: -----

**Aprovar Reconhecimento do Interesse Público Municipal e para as populações e economia local do Projeto a desenvolver para a "Recuperação e Valorização do Lagar de Gomes Aires".** -----

**C.5 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A RESOLUÇÃO DO PROTOCOLO DE PARCERIA CELEBRADO COM A ASSOCIAÇÃO MUSICAL DO ALGARVE - ORQUESTRA CLÁSSICA DO SUL:** -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu este ponto e solicitou ao Senhor Presidente da Câmara o favor de esclarecer de que se trata este pedido. -----

O **Presidente da Câmara**, em resposta, explicou que esta é uma cessação de protocolo. O Protocolo com a Orquestra Clássica do Sul tinha a durabilidade plurianual, mais do que um ano fiscal, nós decidimos terminar o protocolo porque temos neste momento uma orquestra em Almodôvar e essa orquestra está a dar uma resposta suficiente para a captação de novos públicos, que é aquilo que se pretende. Portanto, em vez de se estar a pagar um protocolo à Orquestra do Algarve, decidimos eliminar e utilizar essa verba para outras situações, onde elas são mais necessárias. A ideia aqui não é mais do que terminar o protocolo que já foi resolvido pela Câmara, mas sim informar a Assembleia nesse sentido, para que a cessação da parte plurianual seja também aprovada pela Assembleia, bem como a revogação da adesão do Município de Almodôvar à Associação Musical do Algarve – Orquestra Clássica do Sul, na qualidade de Associado Apoiente. -----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, não tendo sido registado nenhum pedido. -----

Estando o plenário elucidado e não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a **PROPOSTA N.º 07/VEREADORA/2019**, tendo a Assembleia Municipal, **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS, PSD), **deliberado**: -----

**Aprovar APROPOSTA N.º 07/VEREADORA/2019 e revogar a adesão** do Município de Almodôvar à Associação Musical do Algarve – Orquestra Clássica do Sul, **na qualidade de Associado Apoiente.** -----

**C.6 - CONHECIMENTO SOBRE O TEOR DAS DECLARAÇÕES, INFRA DISCRIMINADAS, EMITIDAS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO Art.º 15 DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, ALTERADO PELA LEI N.º 22/2015, DE 17 DE MARÇO:--**

- COMPROMISSOS PLURIANUAIS A 31.12.2019; -----
- PAGAMENTOS EM ATRASO A 31.12.2019; -----
- RECEBIMENTOS EM ATRASO A 31.12.2019. -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu este ponto e esclareceu que a lei determina que os dirigentes máximos e responsáveis das entidades públicas devem dar conhecimento dos compromissos plurianuais existentes à data de 31 de dezembro do ano anterior, bem como dos recebimentos e pagamentos em atraso à mesma data. -----

Questionou se o Senhor Presidente pretende desde já prestar algum esclarecimento sobre os documentos apresentados, ou se reserva as suas explicações para o caso de ser interpelado pelos Senhores Deputados Municipais.-----

O **Presidente da Câmara** disse que o importante neste ponto é mencionar os compromissos plurianuais que estão aí na informação, os pagamentos em atraso a 31.12.2019, que são zero, pelo 5.º ou 6.º ano consecutivo não devemos nada a ninguém, felizmente, e os recebimentos em atraso, que infelizmente têm alguns, não há muitos mas há alguns, nomeadamente dinheiro de candidaturas e dinheiro de pagamentos de água, pequenos pagamentos que vamos recebendo e que passam o ano fiscal com algumas falhas, o que é normal também, mas de facto nada significativo.-----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, não tendo sido registado nenhum pedido. -----

**A Assembleia tomou conhecimento do teor das declarações**, infra discriminadas, emitidas nos termos do disposto na alínea c), do n.º 1, do art.º 15, da Lei n.º 22/2015, de 17 de março: -----

- Compromissos Plurianuais existentes a 31.12.2019; -----
- Pagamentos em atraso existentes a 31.12.2019; -----
- Recebimentos em atraso existentes a 31.12.2019.-----

**C.7 - DESIGNAÇÃO DE MEMBROS PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO, COM VISTA À SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS:-----**

O **Presidente da Assembleia** introduziu o tema e referiu que dois dos membros que integram a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Almodôvar, por razões de vária ordem, têm de ser substituídos. -----

Aclarou que se trata da Deputada Maria Fernanda Belchior Caetano Guerreiro, por limitação de mandatos e do Deputado Alexandre Guerreiro Figueiredo, por razões de ordem profissional. -----

Para melhor perceção dos motivos das substituições, o Presidente da Assembleia leu o requerimento apresentado pelo Deputado Alexandre Figueiredo e o ofício enviado pela Presidente da CPCJ, Enf.ª Rita Salvado, que alega as razões pelas quais a Deputada Fernanda Guerreiro tem de ser substituída, que fazem parte integrante do livro anexo às atas e dão-se aqui como totalmente reproduzidos.-----

Mais referiu que, tratando-se de dois membros que foram designados pelo Partido Socialista, e de acordo com os critérios que se têm adotado, serão substituídos por outros dois membros indicados pela mesma força política. -----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito os deputados Fernanda Guerreiro e Alexandre Figueiredo. -

Tomou a palavra a **deputada Fernanda Caetano**, que referiu o seguinte: -----

*“Quero aproveitar esta oportunidade para deixar aqui também o meu agradecimento público a todos os membros da CPCJ, em representação dos mais diversos serviços, com os quais tive o privilégio de trabalhar ao longo destes 9 anos. -----*

*Foram 9 anos de trabalho colaborativo nesta que é uma entidade de referência para a efetiva concretização dos Direitos Humanos de todas as crianças e, em particular, das crianças no nosso concelho, logo um trabalho que envolve muita responsabilidade, mas simultaneamente muito gratificante, pois dedicar horas de trabalho de voluntariado pelo bem do próximo é sempre compensador e neste caso específico, é ainda maior, tratando-se do superior interesse das crianças e dos jovens. -----*

*No entanto, nem sempre foi uma tarefa fácil de gerir, muitas vezes, tive que abdicar da minha vida pessoal e profissional, pois esta intervenção requer elevado profissionalismo e sentido de missão, quando é necessário um enorme esforço para responder a todas as solicitações, não só de natureza preventiva, mas também reparadora.*

*Contudo, talvez fruto da minha atividade profissional, como docente em serviços especializados no Agrupamento de Escolas de Almodôvar, entidade privilegiada na prevenção primária e local onde precocemente se podem detetar indicadores de risco e perigo, fizeram sobressair sempre os valores mais nobres deste trabalho, cooperando sempre de forma ativa e responsável na deteção de factos ou situações que pudessem, de algum modo, afetar os direitos e interesses das crianças e dos jovens, colocar em perigo a sua segurança, saúde, formação ou educação. -----*

*Importa referir que fui um dos membros fundadores da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, no concelho de Almodôvar, designada pela então assembleia municipal. -----*

*Demos os primeiros passos, fizemos os primeiros contactos, divulgámos a comissão em todas as nossas freguesias, escolas, população, entre outras entidades e/ou serviços. -----*

*Foram várias as ações desenvolvidas, ao longo destes 9 anos, com êxito e envolvendo sempre a nossa comunidade local. -----*

*Por último em meu nome pessoal quero enaltecer o trabalho desenvolvido pela CPCJ de Almodôvar, nomeadamente pelas pessoas e entidades que a compõem, quer na sua vertente restrita, quer alargada, na proteção de crianças e jovens do nosso concelho. -----*

*Aproveito ainda para desejar o maior sucesso àqueles que irão prosseguir este trabalho. -----*

Proseguindo, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Deputado Alexandre Figueiredo**, que começou por dizer que em relação à sua passagem pela CPCJ gostaria apenas de dizer o seguinte: -----

Terminam agora dois anos de colaboração com a CPCJ de Almodôvar, durante os quais, e enquanto membro designado por esta Assembleia Municipal, exerci funções quer na modalidade alargada quer na modalidade restrita. -----

A assunção de novas responsabilidades e desafios profissionais determinaram uma completa falta de disponibilidade para continuar a participar ativamente nas iniciativas promovidas pela CPCJ, bem como na atividade corrente desenvolvida por esta instituição. -

No entanto, não podia terminar esta colaboração sem deixar aqui, publicamente, uma justa e merecida homenagem a todos os que desempenham funções enquanto comissários daquela instituição. Desde logo, aos comissários da modalidade alargada que se dedicam a esta causa promovendo constantes campanhas de informação e de sensibilização relativamente à problemática dos jovens em perigo nas suas mais diversas vertentes mas, também, e especialmente aos comissários da modalidade restrita, que para além de estarem envolvidos na modalidade alargada e nas atividades desenvolvidas por esta modalidade, ainda têm sob a sua responsabilidade a gestão dos casos concretos de crianças e jovens em risco no concelho de Almodôvar, sinalizados à CPCJ pelas mais diversas entidades, de forma altruísta e muitas vezes afetando uma parte significativa do seu tempo pessoal e profissional. -----

Estas pessoas assumem responsabilidades enormes no exercício desta função, deparando-se, não raras vezes, com situações graves e complexas que exigem um acompanhamento permanente e a tomada de decisões que influem diretamente na vida das crianças, dos jovens e das respetivas famílias. Estas pessoas incorporam um espírito de participação ativa da comunidade, desempenhando as suas funções em prol de um concelho melhor, um concelho atento e que se preocupa com o bem-estar das suas crianças e jovens. -----

Por tudo isto, agradece a oportunidade que lhe foi concedida por esta casa de integrar um projeto tão nobre e meritório. -----

Face ao exposto, propôs a bancada do Partido Socialista que os membros substitutos que irão integrar a CPCJ sejam os Senhores Deputados Vítor Manuel Vilhena Saleiro e Luís Carlos Piedade Martins.-----

Face ao exposto, o **Presidente da Assembleia** questionou o plenário se tinha alguma coisa a opor relativamente à designação dos Senhores Deputados Vítor Manuel Vilhena Saleiro e Luís Carlos Piedade Martins, como membros substitutos para integrar a CPCJ, uma vez que os membros que pediram a sua substituição foram designados pela bancada do Partido Socialista.-----

Não havendo pedidos de intervenção ou de esclarecimento, e uma vez que houve consenso geral do plenário, **considerou a sua aprovação unanime**, ficando, deste modo, **designados os Senhores Deputados Vítor Manuel Vilhena Saleiro e Luís Carlos Piedade Martins**, para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Almodôvar, em substituição dos deputados Maria Fernanda Belchior Caetano Guerreiro e Alexandre Guerreiro Figueiredo. -----

**C.8 - CONHECIMENTO DA 1.ª ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2020:**-----

O **Presidente da Assembleia** introduziu o tema e perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se pretendia prestar alguns esclarecimentos sobre os motivos que estiveram na base desta alteração, ou se reservava a sua intervenção para questões que venham a ser colocadas.-----

O **Presidente da Câmara** disse que não há nada em especial que seja necessário mencionar, com a exceção de que a alteração que fizeram basicamente tem a ver com a participação no IVA da Restauração e Hotelaria. O Governo deliberou que a partir deste ano 7,5% do IVA da Restauração, Hotelaria e outros afins, passariam a fazer parte da nossa receita orçamental. Como só agora, que o Orçamento do Estado foi aprovado, é que temos conhecimento da receita, ou melhor, da legalidade para que a receita seja incluída, e como não pudemos colocar no orçamento em novembro, foi elaborada a presente alteração. ----

Mais referiu que, nesta sequência, também aproveitaram para fazer um ou outro ajuste financeiro mas, basicamente, trata-se dos 92 mil euros que se supõem ser de receita para a Autarquia durante o ano de 2020.-----

O **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para intervenções, não tendo sido registado nenhum pedido. -----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento em apreço.**-----

**C.9 - CONHECIMENTO DA LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS, NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DOS MESMOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 8/2012, DE 28 DE FEVEREIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:**

O **Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e aclarou que decorre da lei, a Câmara tem de ter autorização da Assembleia para assumir encargos desde que não exceda o limite de €99.759,00, no entanto, tem que informar a Assembleia de todos os compromissos plurianuais reduzidos e não reduzidos a escrito. Aqui tem a listagem daqueles que são contratos feitos e daqueles que não são, portanto é uma questão de olhar, pois decorre da imposição da legislação, da Lei n.º 75/2013 e daquilo que foi aprovado em Assembleia Municipal, dando à Câmara Municipal autonomia, mas obrigando também a que esta faça esta informação a todos os eleitos da Assembleia Municipal. -----

Continuando, solicitou ao Presidente da Câmara se pretendia esclarecer alguma questão sobre a listagem em apreço, tendo o **Presidente da Câmara**, reservado a sua intervenção para eventuais questões que lhe possam ser colocadas. -----

O **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para intervenções, não tendo sido registado nenhum pedido. -----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento em apreço.** -----

**C.10 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA, NOSTERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ART.º 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E DO ARTIGO 37.º DO REGIMENTO:** -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu ponto e deu a palavra ao Presidente da Câmara para prestar algumas informações adicionais. -----

O **Presidente da Câmara** colocou-se ao dispor para qualquer dúvida que surja da leitura do documento. -----

O **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para intervenções, não tendo sido registado nenhum pedido. -----

**A Assembleia Municipal apreciou os documentos em apreço.** -----

**C.11 - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** -----

O **Presidente da Assembleia** colocou à votação a minuta da ata da sessão, a qual contém as deliberações tomadas nas rubricas da Ordem do Dia, tendo a mesma sido **aprovada, por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS, PSD). -----

Antes de terminar esta sessão, o **Presidente da Assembleia Municipal** referiu o seguinte: -----

Espero, em meu nome pessoal, em nome dos membros da Mesa da Assembleia e em nome dos restantes deputados municipais, não terem defraudado as expectativas do público presente, sobre o que é uma sessão da Assembleia Municipal. -----

Todos tiveram oportunidade de intervir na discussão dos assuntos aqui abordados, que muitas vezes originam discussões acaloradas, e ainda bem que assim é, até porque cada um defende os seus pontos de vista, defende as suas opções de acordo com aquilo que acham que são os interesses que melhor servem o concelho de Almodôvar, mal seria se assim não fosse. -----

Finalmente, quer deixar aqui um agradecimento para os funcionários da Câmara Municipal que apoiaram e montaram todo este sistema de som aqui presente, tornando possível realizar esta sessão, à Junta de Freguesia da Aldeia dos Fernandes no apoio que deram na montagem da sala, também à Câmara Municipal e, como é lógico, à Direção do Centro Cultural da Aldeia dos Fernandes, por todo o apoio e colaboração que também prestou, para que a realização desta sessão da Assembleia Municipal fosse possível. -----

Para finalizar, um agradecimento muito especial e muito sentido ao público presente, que nos fez sentir estar em casa e nos fez pensar que valeu a pena ter descentralizado as sessões da Assembleia Municipal. Portanto, para todo o público aqui presente, para todos os seres humanos aqui presentes, o seu agradecimento em nome da Assembleia Municipal e em seu nome pessoal. -----

Muito obrigada e bem hajam. -----

**FECHO:** Finda a ordem de trabalhos, e nada mais havendo a tratar, nos termos do Regimento e da alínea c), do n.º 1, do art.º 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a sessão por encerrada, **eram vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos, do dia 28 de fevereiro de 2019.** --

ATA N.º 14 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020  
QUADRIÉNIO 2017-2021

Para constar e para os fins consignados no n.º 1, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, se lavrou a presente ata da sessão. -----

**Os anexos à ata dão-se aqui como reproduzidos e ficam apensos ao presente livro de atas.**-----

E eu, **Vítor Manuel Vilhena Saleiro**, 1º secretário da mesa da Assembleia Municipal, a redigi e subscrevo. -----